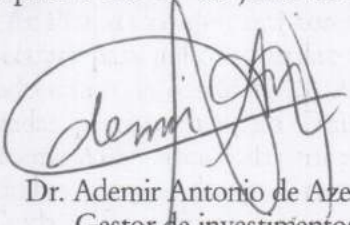


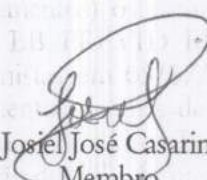


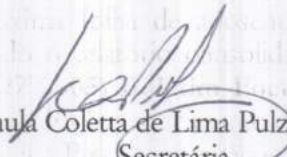
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CONCHAL - CONCHALPREV

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIN

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezesseis (29/06/2016), na sala de reuniões do CONCHALPREV, sita na Rua XV de Novembro, 587, Centro, realizou-se a 50.ª Sessão Ordinária do Comitê de Investimentos do CONCHALPREV, instituído pela Portaria n.º 264, de 03 de novembro de 2015. Presentes o Presidente Dr. Ademir Antonio de Azevedo, a Sra. Maria Paula Coletta de Lima Pulz – Secretária e Sr. Josiel José Casarin - membro. PAUTA: **01) Aprovação da Ata** da 49ª Reunião Ordinária do Comitê, que será apresentada ao Conselho de Administração do Instituto. A ata, depois de lida, foi aprovada por unanimidade de membros. **02) Análise da conjuntura econômica** nacional e internacional nos meses de maio e junho de 2016 e perspectivas para julho. A análise da conjuntura foi realizada com textos e indicadores produzidos pelo mercado como de costume. **03) Aplicações dos recursos** provenientes de repasses do presente mês, autorizadas previamente pelo Conselho de Administração. No mês foram realizadas operações de rotina conforme APR's arquivadas em pasta própria e colocadas à disposição dos interessados e disponíveis ainda no endereço eletrônico do ConchalPrev, no link: <http://www.conchalprev.com.br>. Também foi realizado o resgate do fundo FI CAIXA Brasil IPCA XI RF Cred. Pr, tendo em vista o encerramento do fundo. O valor de R\$99.055,05 foi aplicado no Fundo CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF da mesma instituição. Dos repasses do mês (servidores + parcelamentos) os recursos foram aplicados no Fundo BB PREVID RF IMAB 5+: R\$217.254,83 e no fundo BB PREVID RF IRF-M1: R\$310.000,00 (para pagamento da próxima folha de aposentados e pensionistas em 05/07/2016) **04) Rentabilidade do mês:** Foi apresentado o relatório consolidado de rendimentos do mês de maio, com retorno de 0,26% contra a meta de 1,27%. **05) Boletim Focus.** Foi apresentado o último Boletim Focus com as expectativas do mercado sobre a inflação, crescimento do PIB, evolução do dólar frente ao real entre outros dados. Nada mais havendo a tratar a Presidente então encerrou a reunião e determinou que eu, (), Maria Paula Coletta de Lima Pulz, Secretária, lavrasse a presente ata e agendou a próxima reunião para o dia 29 de julho de 2016, às 10h30min, saindo os membros convocados.


Dr. Ademir Antonio de Azevedo
Gestor de investimentos
Presidente


Josiel José Casarin
Membro


Maria Paula Coletta de Lima Pulz
Secretária



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE CONCHAL - CONCHALPREV

50.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 29/06/2016

LISTA DE PRESENÇA

NOME	CARGO	ASSINATURA
Ademir Antonio de Azevedo		
Maria Paula C. de L. Pulz	Sec	
Josiel José Casarin	Membro	

LISTA DE PRESENÇA

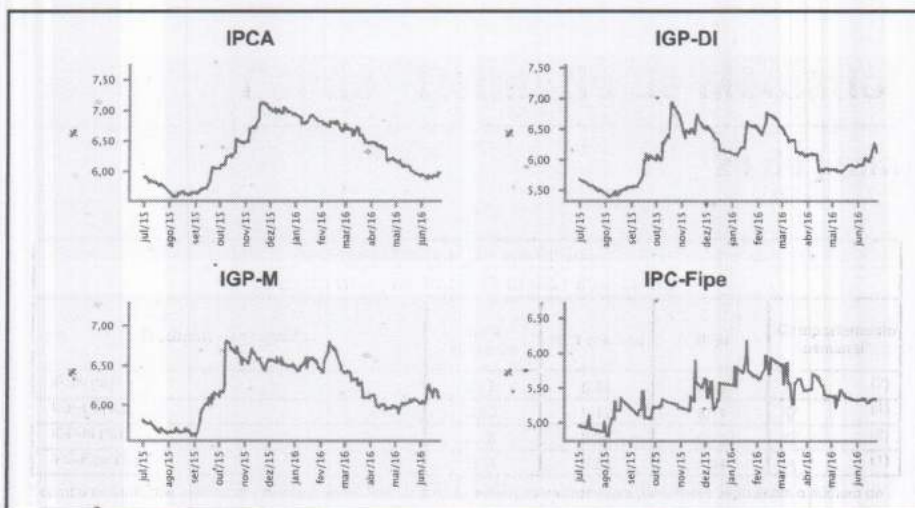
NOME	CARGO	ASSINATURA
Ademir Antonio de Azevedo		
Maria Paula C. de L. Pulz		
Josiel José Casarin		

24 de junho de 2016

Expectativas de Mercado				
Inflação nos próximos 12 meses suavizada				
Mediana - agregado	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	5,96	5,93	5,98	▲ (2)
IGP-DI (%)	5,90	6,12	6,11	▼ (1)
IGP-M (%)	6,06	6,20	6,10	▼ (2)
IPC-Fipe (%)	5,34	5,33	5,34	▲ (1)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

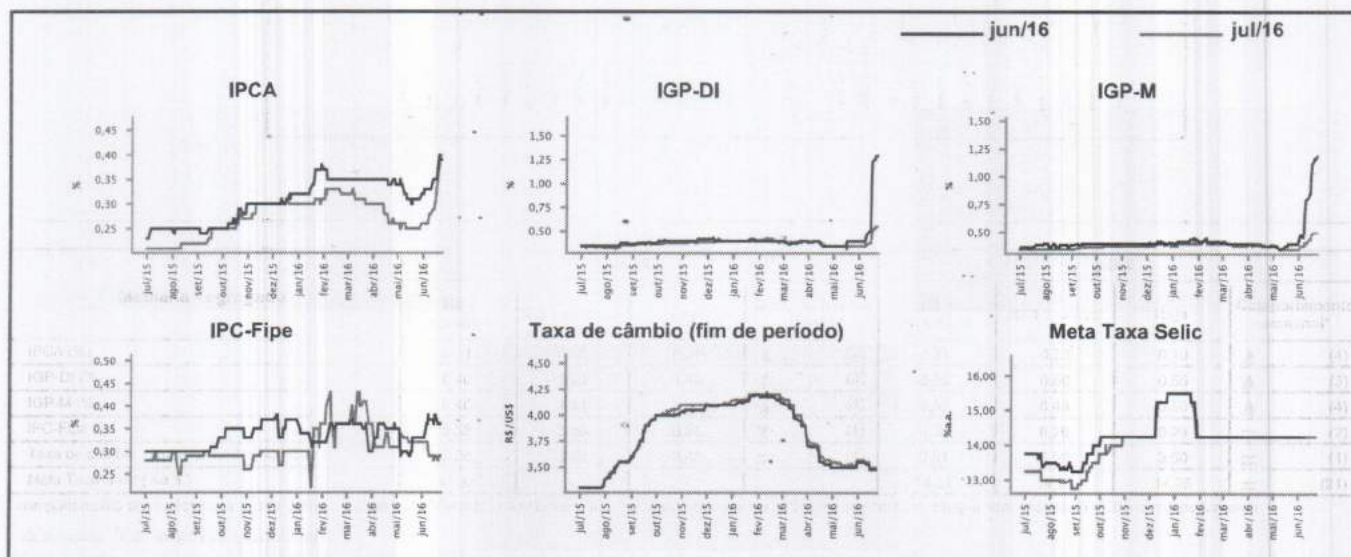
(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Expectativas de Mercado								
Mediana - agregado	jun/16				jul/16			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	0,31	0,35	0,39	▲ (2)	0,25	0,33	0,40	▲ (4)
IGP-DI (%)	0,40	1,23	1,30	▲ (3)	0,35	0,50	0,55	▲ (3)
IGP-M (%)	0,40	1,11	1,19	▲ (4)	0,35	0,49	0,50	▲ (4)
IPC-Fipe (%)	0,33	0,38	0,36	▼ (1)	0,32	0,29	0,29	= (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,48	3,48	= (1)	3,51	3,50	3,50	= (1)
Meta Taxa Selic (%a.a.)	14,25	-	-	=	14,25	14,25	14,25	= (21)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

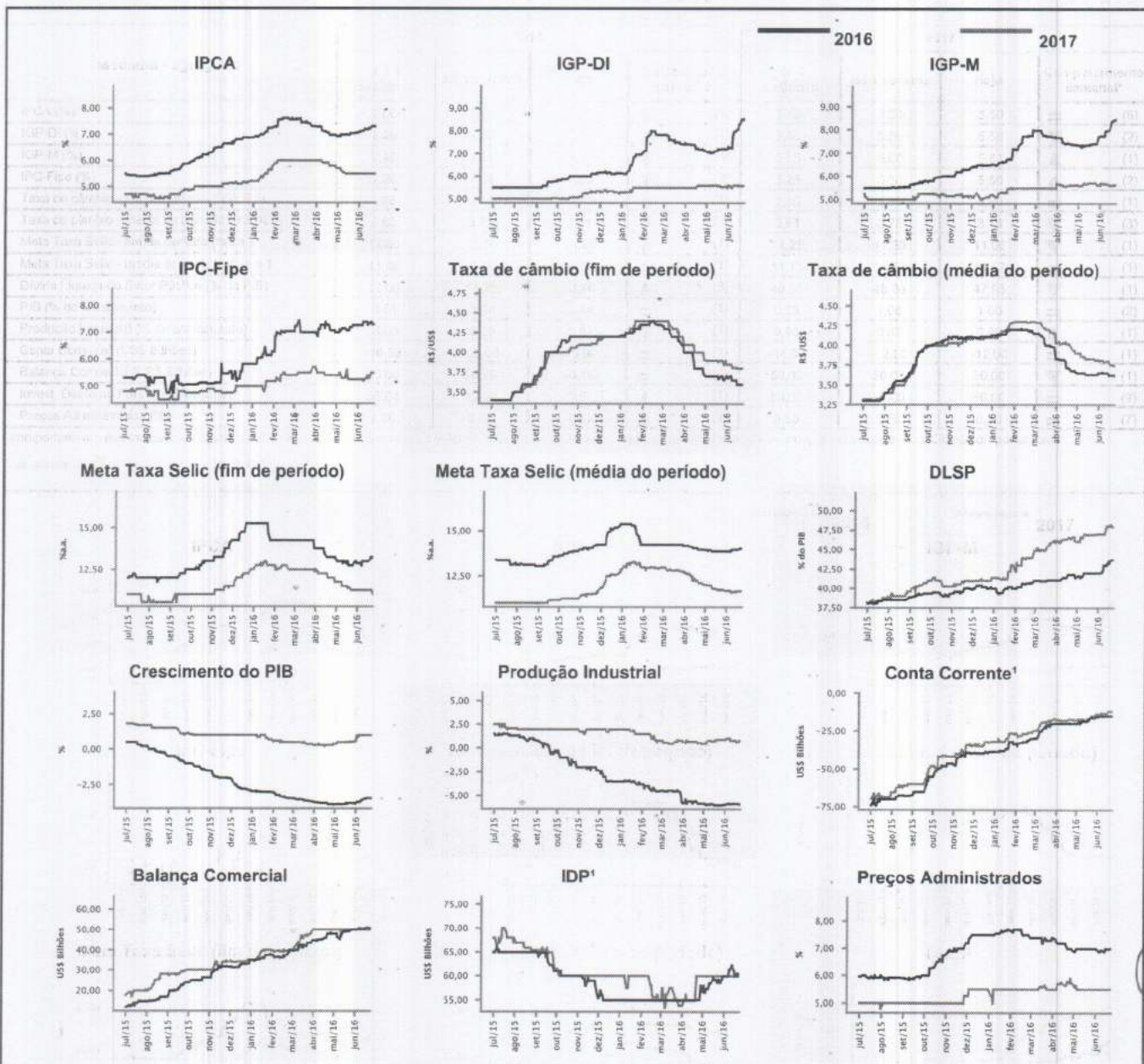
(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Mediana - agregado	Expectativas de Mercado				2017			
	2016							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	7,06	7,25	7,29	▲ (6)	5,50	5,50	5,50	▲ (6)
IGP-DI (%)	7,20	8,27	8,55	▲ (4)	5,56	5,59	5,58	▼ (2)
IGP-M (%)	7,40	8,34	8,47	▲ (6)	5,63	5,60	5,63	▲ (1)
IPC-Fipe (%)	7,26	7,34	7,30	▼ (2)	5,25	5,30	5,50	▲ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,65	3,60	3,60	▲ (1)	3,85	3,80	3,80	▲ (1)
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	3,63	3,62	3,61	▼ (2)	3,81	3,75	3,74	▼ (3)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	12,88	13,00	13,25	▲ (1)	11,25	11,25	11,00	▼ (1)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	13,88	13,97	14,03	▲ (1)	11,73	11,67	11,67	▲ (1)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	42,00	43,25	43,70	▲ (3)	46,95	48,00	47,95	▼ (1)
PIB (% do crescimento)	-3,81	-3,44	-3,44	▲ (1)	0,55	1,00	1,00	▲ (2)
Produção Industrial (% do crescimento)	-6,00	-5,85	-5,89	▲ (1)	0,90	0,67	0,80	▲ (1)
Conta Corrente¹ (US\$ Bilhões)	-16,62	-15,00	-15,00	▲ (1)	-14,93	-12,00	-12,00	▲ (1)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	50,00	50,76	50,76	▲ (1)	50,00	50,07	50,00	▲ (1)
Invest. Direto no País¹ (US\$ Bilhões)	58,64	60,00	60,50	▲ (1)	60,00	60,00	60,00	▲ (9)
Preços Administrados (%)	7,00	6,99	7,00	▲ (2)	5,50	5,50	5,50	▲ (7)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



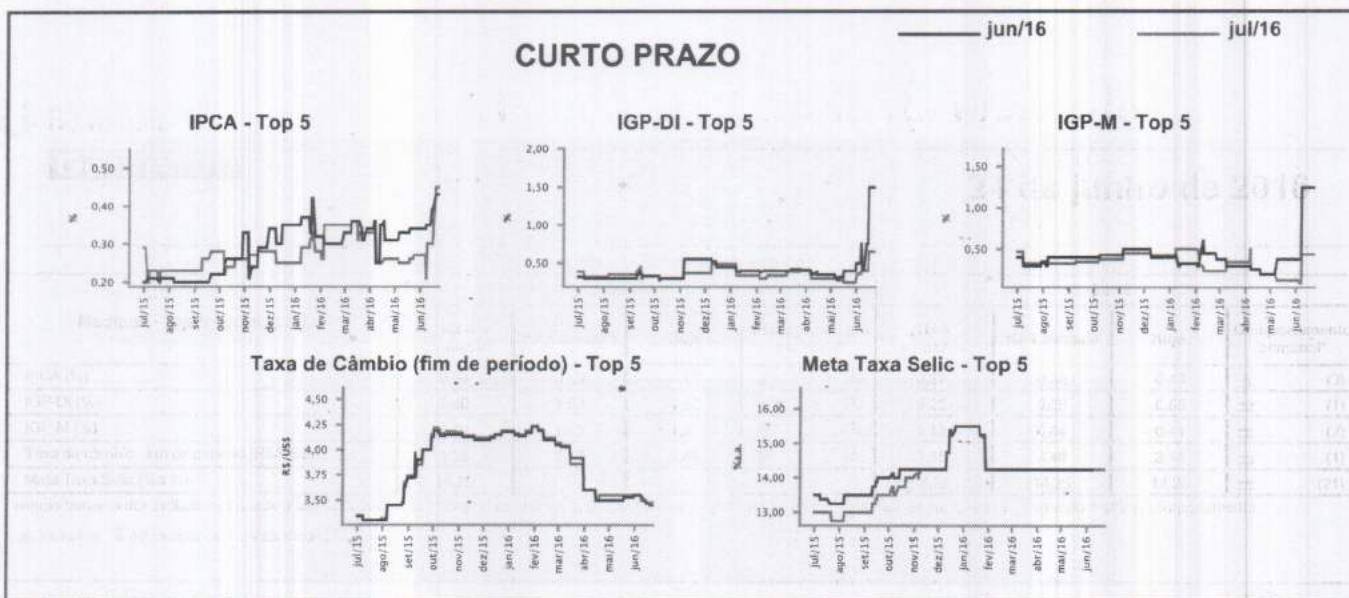
¹ Até 21/4/15, as expectativas de investimento estrangeiro direto (IED) e saldo em conta corrente seguiam a metodologia da 5ª edição do Manual de Balança de Pagamentos do FMI. Em 22/4/15, as instituições participantes foram orientadas a seguir a metodologia da 6ª edição, que considera investimento direto no país (IDP) no lugar de IED e altera o cálculo do saldo em conta corrente. Para mais informações, acesse <http://www.bcb.gov.br/76MANBALPGTO>.

24 de junho de 2016

Expectativas de Mercado								
Mediana - top 5 - curto prazo	jun/16				jul/16			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	0,34	0,40	0,43	▲ (3)	0,27	0,35	0,45	▲ (3)
IGP-DI (%)	0,40	1,50	1,50	= (1)	0,25	0,65	0,65	= (1)
IGP-M (%)	0,38	1,25	1,25	= (2)	0,13	0,44	0,44	= (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,53	3,47	3,45	▼ (3)	3,55	3,48	3,48	= (1)
Meta Taxa Selic (%a.a.)	14,25	-	-	-	14,25	14,25	14,25	= (21)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Expectativas de Mercado								
Mediana - top 5	2016				2017			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
Curto prazo								
IPCA (%)	7,13	7,50	7,44	▼ (1)	5,80	5,50	5,50	= (2)
IGP-DI (%)	7,20	9,03	9,03	= (1)	5,00	5,10	5,10	= (1)
IGP-M (%)	7,67	9,20	9,20	= (2)	6,57	5,90	5,90	= (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,70	3,60	3,60	= (2)	3,90	3,90	3,90	= (7)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,50	13,75	13,75	= (3)	11,25	10,63	10,63	= (1)
Médio prazo								
IPCA (%)	7,16	7,15	7,29	▲ (1)	5,50	5,30	5,30	= (2)
IGP-DI (%)	7,17	9,13	9,13	= (1)	5,53	5,50	5,50	= (3)
IGP-M (%)	7,42	8,96	9,13	▲ (4)	5,50	5,75	5,78	▲ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,40	3,39	▼ (3)	3,61	3,70	3,50	▼ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,50	13,75	13,75	= (3)	12,00	11,25	11,25	= (2)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

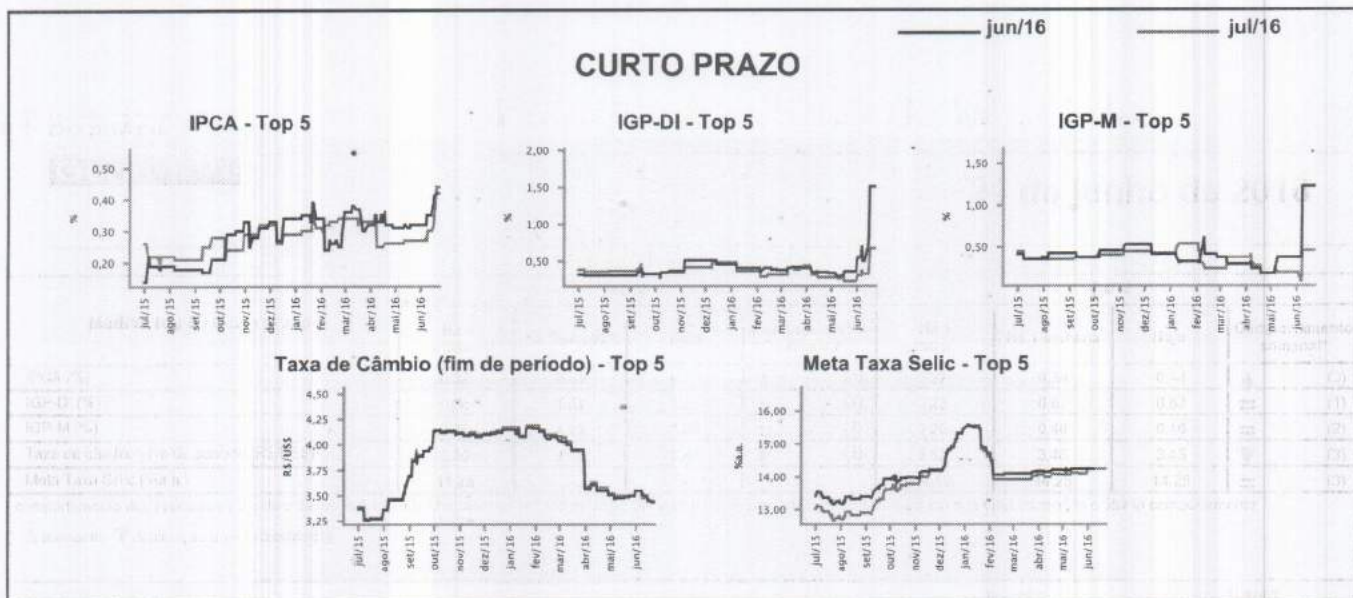
Curto prazo								
IPCA (%)	7,13	7,50	7,44	▼ (1)	5,80	5,50	5,50	= (2)
IGP-DI (%)	7,20	9,03	9,03	= (1)	5,00	5,10	5,10	= (1)
IGP-M (%)	7,67	9,20	9,20	= (2)	6,57	5,90	5,90	= (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,70	3,60	3,60	= (2)	3,90	3,90	3,90	= (7)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,50	13,75	13,75	= (3)	11,25	10,63	10,63	= (1)
Médio prazo								
IPCA (%)	7,16	7,15	7,29	▲ (1)	5,50	5,30	5,30	= (2)
IGP-DI (%)	7,17	9,13	9,13	= (1)	5,53	5,50	5,50	= (3)
IGP-M (%)	7,42	8,96	9,13	▲ (4)	5,50	5,75	5,78	▲ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,40	3,39	▼ (3)	3,61	3,70	3,50	▼ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,50	13,75	13,75	= (3)	12,00	11,25	11,25	= (2)

24 de junho de 2016

Expectativas de Mercado								
Média - top 5 - curto prazo	jun/16				jul/16			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	0,32	0,41	0,42	▲ (3)	0,27	0,34	0,44	▲ (3)
IGP-DI (%)	0,36	1,51	1,51	■ (1)	0,23	0,67	0,67	■ (1)
IGP-M (%)	0,38	1,23	1,23	■ (2)	0,20	0,46	0,46	■ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,45	3,44	▼ (3)	3,50	3,46	3,45	▼ (3)
Meta Taxa Selic (%a.a.)	14,25	-	-	-	14,10	14,25	14,25	■ (3)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Expectativas de Mercado								
Média - top 5	2016				2017			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
Curto prazo								
IPCA (%)	7,13	7,39	7,48	▲ (3)	5,67	5,50	5,50	■ (2)
IGP-DI (%)	7,13	8,96	8,96	■ (1)	5,26	5,51	5,51	■ (1)
IGP-M (%)	7,72	8,64	8,64	■ (2)	6,12	5,72	5,72	■ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,62	3,60	3,62	▲ (1)	3,87	3,94	3,94	■ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,40	13,67	13,63	▼ (1)	11,30	11,04	11,04	■ (1)
Médio prazo								
IPCA (%)	7,11	7,04	7,12	▲ (1)	5,37	5,39	5,39	■ (2)
IGP-DI (%)	7,07	9,06	9,06	■ (1)	5,61	5,65	5,65	■ (2)
IGP-M (%)	7,49	8,74	9,10	▲ (4)	5,90	5,92	6,07	▲ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,46	3,42	▼ (1)	3,65	3,66	3,52	▼ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,55	13,63	13,63	■ (3)	11,85	11,75	11,75	■ (2)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

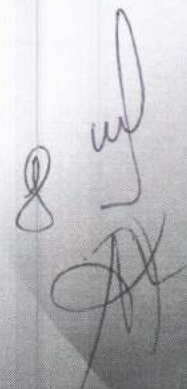
Média - top 5								
Curto prazo								
IPCA (%)	7,13	7,39	7,48	▲ (3)	5,67	5,50	5,50	■ (2)
IGP-DI (%)	7,13	8,96	8,96	■ (1)	5,26	5,51	5,51	■ (1)
IGP-M (%)	7,72	8,64	8,64	■ (2)	6,12	5,72	5,72	■ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,62	3,60	3,62	▲ (1)	3,87	3,94	3,94	■ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,40	13,67	13,63	▼ (1)	11,30	11,04	11,04	■ (1)
Médio prazo								
IPCA (%)	7,11	7,04	7,12	▲ (1)	5,37	5,39	5,39	■ (2)
IGP-DI (%)	7,07	9,06	9,06	■ (1)	5,61	5,65	5,65	■ (2)
IGP-M (%)	7,49	8,74	9,10	▲ (4)	5,90	5,92	6,07	▲ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,46	3,42	▼ (1)	3,65	3,66	3,52	▼ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,55	13,63	13,63	■ (3)	11,85	11,75	11,75	■ (2)

Boletim RPPS

CAIXA

- ✕ Resenha Macroeconômica
- ✕ Comentários do Gestor
- ✕ Entenda o Mercado
- ✕ Fique de Olho
- ✕ Portfólio de Fundos

Gerência Nacional de Investidores Corporativos
(11) 3555-6350 – geico@caixa.gov.br



CAIXA

EUA: No mês de junho o Fed (Banco Central americano) se mostrou menos otimista com o mercado de trabalho em virtude dos últimos números do *Payroll*, conforme comunicado divulgado pelo FOMC. Aliado à isso, o referendo que decidiria sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia foi citado como um importante fator de incerteza, já que os desdobramentos sobre o cenário internacional poderiam alterar substancialmente a estratégia de política monetária planejada pelo Fed. Sobre as projeções, os membros do FOMC surpreenderam ao cortar de forma significativa a expectativa de juros para os próximos três anos, abrindo a possibilidade de que ocorra apenas uma alta em 2016. Em suma, a sinalização foi a de que o Comitê não retomará o processo de normalização da política monetária sem que os riscos tenham se diluído. Sobre a atividade, os dados tiveram desempenho misto em junho, com o setor



Varejista refletindo o fortalecimento do consumo interno, enquanto a indústria continuou prejudicada pela diminuição dos investimentos no setor petrolífero e pelo dólar forte. Em junho também tivemos a divulgação final do PIB do 1T16. O crescimento foi revisado de 0,8% para 1,1%, em termos anualizados (T/T), em virtude, principalmente, das exportações que subiram 0,3% ante -2,0% (T/T, a.a.) da primeira revisão. Já o investimento privado diminuiu sua contribuição negativa ao passar de -2,6% para -1,8% (T/T, a.a.). No sentido contrário, o consumo passou de 1,9% para 1,5% (T/T, a.a.), crescendo menos do que o inicialmente reportado. No mercado de trabalho, apesar da menor geração de vagas em maio (38 mil contra 123 mil em abril) a média de salário por hora manteve o ritmo de crescimento do mês anterior.

EUROPA: Na Zona do Euro, o ponto alto do mês foi o resultado surpreendente da votação histórica que pode resultar no fim da parceria de quarenta e três anos entre o Reino Unido e a União Europeia (EU). A decisão causou temor nos mercados e intensificou o risco político na região, pois ocorre em um momento em que movimentos separatistas têm se disseminado em diversos países da Europa. Na economia, o resultado ameaça a frágil recuperação do bloco, já que poderá impactar negativamente tanto a confiança como o crescimento econômico. De imediato, as primeiras consequências foram: (i) a depreciação expressiva da Libra, (ii) o rebaixamento da nota de crédito soberano pelas agências Fitch e S&P, com perspectiva negativa, (iii) o impacto negativo no preço dos ativos financeiros e (iv) a renúncia do primeiro ministro, David Cameron, que era favorável à permanência na UE. Os dados de atividade em junho, de maneira geral, tiveram desempenho favorável, pois ainda não tinham refletido o Brexit. O PIB da Zona do Euro no 1T16 subiu de 0,5% para 0,6% (T/T) na última revisão e foi destaque ao apresentar a maior taxa em 12 meses. Os indicadores de confiança também tiveram melhora. A prévia do PMI de Manufatura também apresentou melhora em junho. Por fim, a inflação em junho voltou ao patamar positivo, passou de -0,1% para 0,1% (A/A).

CHINA E JAPÃO: Na China, os dados de atividade divulgados em junho tiveram comportamento dicotômico. Aqueles ligados à dinâmica interna mostraram maior resiliência, em decorrência dos estímulos de crédito concedidos pelo governo, enquanto os atrelados ao setor externo refletiram a fraqueza do ambiente global. Nesse sentido, destacamos as vendas do varejo em maio, que praticamente mantiveram o mesmo ritmo de crescimento de abril (10,0% A/A), assim como a produção industrial, que também sustentou a mesma variação do mês anterior (6,0% A/A). Por outro lado, as exportações de maio ampliaram a queda (-4,1% A/A), bem como o PMI de Manufatura da Caixin, que recuou de 49,2 para 48,6 pontos em junho, se mantendo por 16 meses em nível de contração (abaixo de 50 pontos). No Japão, o Banco Central (BoJ), se reuniu em 15/06 e decidiu manter os atuais parâmetros da política monetária, apesar da expressiva apreciação da moeda e do fraco consumo doméstico. A decisão frustrou o mercado que esperava por novas medidas de estímulo e ocasionou um ganho ainda maior do iene sobre o dólar. Em resumo, a autoridade monetária preferiu postergar a ação para anunciá-la depois do referendo no Reino Unido.

BRASIL: No Brasil a política monetária esteve no foco em junho. Tanto a Ata de reunião do Copom como o Relatório Trimestral de Inflação (RTI), reforçaram a visão de que, no momento, não existe espaço para cortes de juros. Ademais, no campo fiscal, o imbróglio envolvendo a dívida entre Estados e União terminou em acordo após exaustivas discussões. Sobre a atividade, os indicadores divulgados em junho apontam para certa estabilização da economia, ainda que em patamar deprimido, apesar das incertezas causadas pelos eventos não econômicos. Por fim, em relação à inflação, a desaceleração do IPCA-15 de junho foi mais intensa do que a esperada pelo mercado. No início do mês, o governo conquistou uma importante vitória ao conseguir aprovar em segundo turno no Plenário da Câmara a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da desvinculação de receitas da União (DRU). Em relação aos dados de atividade, houve evolução favorável na comparação com maio. Sob essa perspectiva, destacamos a confiança industrial de junho que teve a quarta alta consecutiva, atingindo o maior nível desde fevereiro de 2015. Na mesma direção, a produção industrial cresceu 0,1% em abril na comparação mensal, contrariando a expectativa de uma queda de 0,9%. No setor varejista, as vendas de abril subiram 0,5% (M/M) ante ao recuo de 0,9% em março e foram puxadas pelo desempenho dos segmentos Hipermercados e Artigos de uso pessoal e doméstico. No entanto, as notícias não foram boas para o varejo ampliado que viu seu comércio declinar 1,4% (M/M) em razão do expressivo recuo nas vendas de veículos e material de construção. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego, medida pela PNAD (IBGE), se manteve em 11,2% na média móvel trimestral de maio, o que representou uma pausa no avanço do índice. Apesar disso, com o número de maio a população desocupada atingiu o maior patamar da série histórica (11,4 milhões de pessoas).



INFLAÇÃO

O IPCA de junho teve alta de 0,35% (M/M), em linha com a nossa expectativa e levemente abaixo da mediana de projeções calculada pela Bloomberg (0,37%). O resultado representa desaceleração importante na comparação com a alta de 0,78% observada em maio. Do ponto de vista qualitativo, a composição do indicador apresentou melhora importante. A média dos núcleos das três principais medidas declinou de 0,84% para 0,49%. A inflação dos serviços cedeu pelo segundo mês consecutivo (0,37% para 0,33%), assim como o índice de difusão que passou de 63,00% para 55,23%, se situando pelo terceiro mês seguido abaixo da média dos últimos cinco anos. Para o IPCA de julho, nossa projeção inicial é 0,27%, em virtude da queda no preço de energia elétrica em SP, que entrou em vigor a partir de 04/07. Com isso, em 12 meses o IPCA deve manter a trajetória de desaceleração, passando de 8,84% para 8,47%.

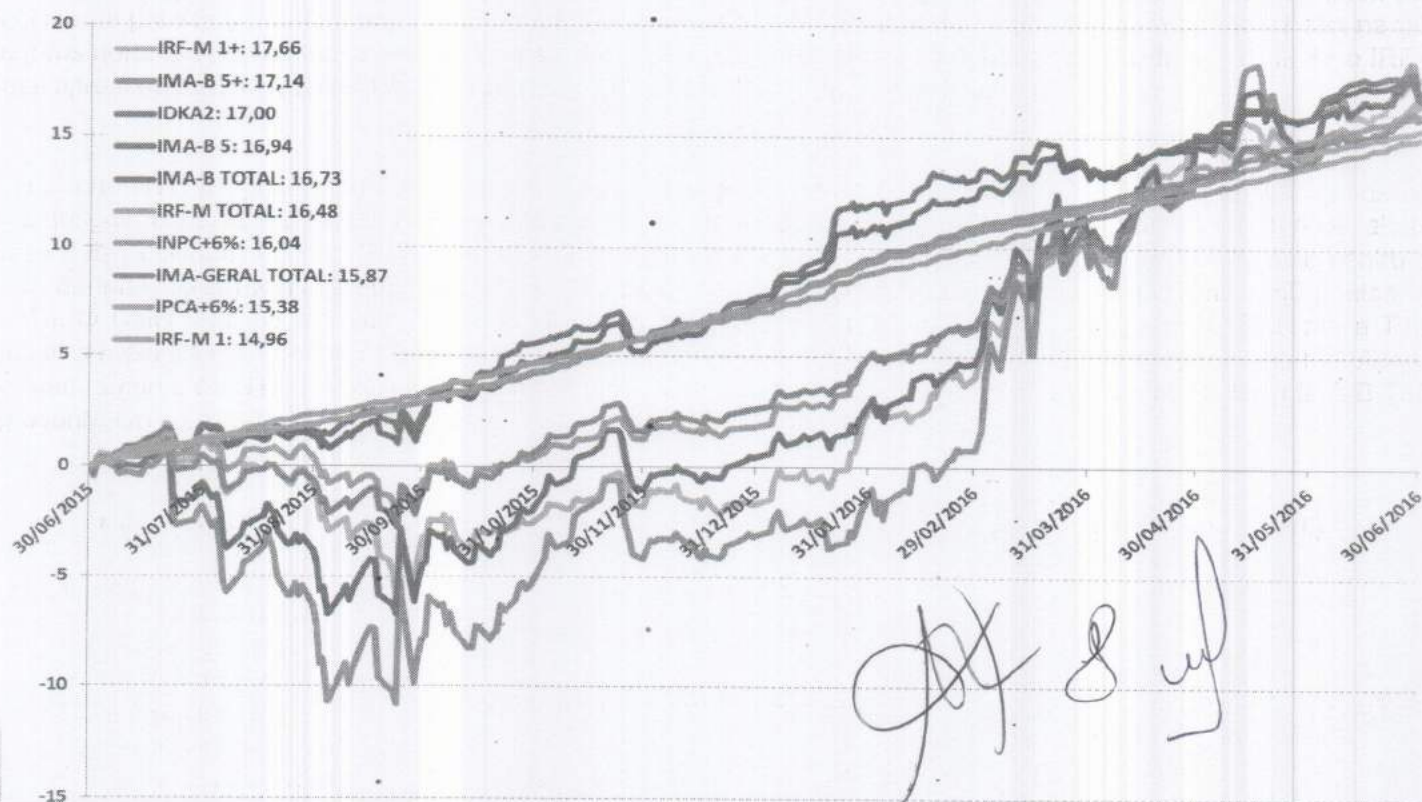
IRF-M

A curva prefixada apresentou alta nos vértices curtos e queda nos longos, com o mercado se ajustando à expectativa de menor ciclo de queda nos juros. A divulgação do RTI (Relatório Trimestral de Inflação), sendo esta a primeira publicação com o novo presidente do BC, Ilan Goldfajn trouxe premissas mais realistas para inflação e sinalizou a busca pelo centro da meta de inflação em 2017. O viés *hawkish* levou a uma reprecificação das apostas para o início de corte na taxa SELIC imprimindo viés de alta nos vértices curtos, levando à revisão de cenário para taxa de juros por diversos participantes do mercado. O impacto nos vértices longos foi de queda relevante influenciado também pela decisão de política monetária nos EUA, onde houve uma migração dos membros que esperam apenas 1 alta na taxa de juros norte americana neste ano de 1 para 6 membros. Neste contexto, os sub índices IRF-M 1, IRF-M 1+ e IRF-M Total apresentaram no mês retorno de 1,0816%, 2,6599% e 2,1336%, respectivamente.

IMA-B

A curva de NTN-B apresentou movimento similar à curva prefixada, com alta nos vértices até 10 anos e queda nos mais longos. Durante o período, o IPCA-15 de junho surpreendeu positivamente apresentando alta de 0,40%, abaixo do piso das estimativa de analistas. Aliado ao RTI e ao discurso do novo presidente do BC de busca pelo centro da meta de inflação em 2017, a curva de inflação implícita se ajustou para baixo, com queda próxima a 50 pontos, na média. O CMN realizou a reunião para definição da TJLP e também a meta de inflação para 2018. Tanto a TJLP quanto a meta de inflação foram mantidas inalteradas em 7,5% e 4,5% com banda de 1,5%, respectivamente. Após a decisão, a curva de NTN-B voltou a ceder em nível. Neste contexto, os sub índices IMA-B 5, IMA-B 5+ e IMA-B Total apresentaram no mês retorno de 0,9381%, 2,5712% e 1,9292%, respectivamente.

DESEMPENHO DOS ÍNDICES DE RENDA FIXA vs META ATUARIAL (30/06/2015 a 30/06/2016)



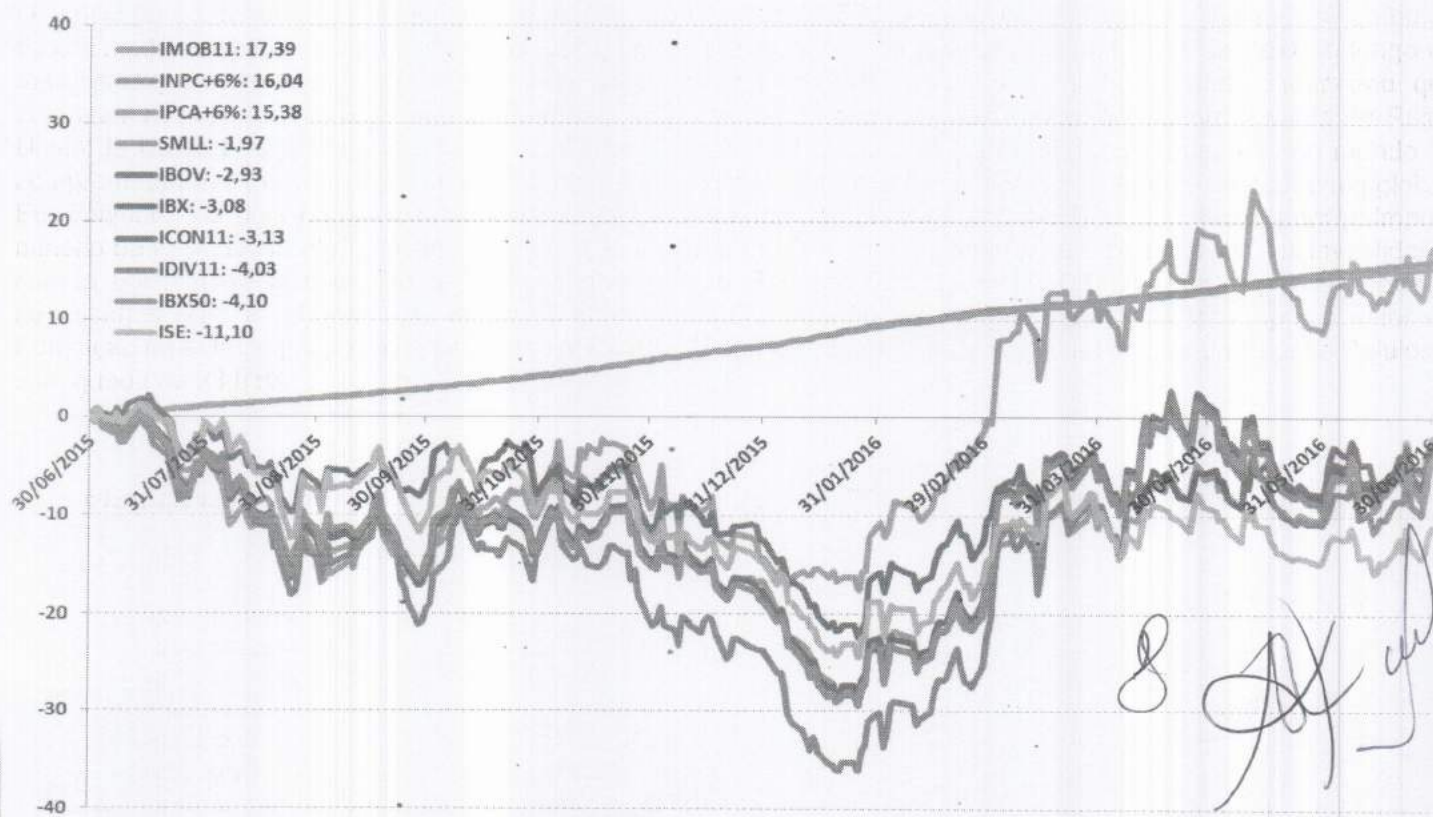
MERCADO DE CRÉDITO PRIVADO

No mês de junho, as operações domésticas de renda fixa alcançaram o volume de R\$ 4,5 bilhões. A oferta de debêntures da ALL – América Latina Logística Malha Norte movimentou R\$ 2,4 bilhões, e a captação com notas promissórias pela Cemig, R\$ 620 milhões. Além destas, foram realizadas mais seis operações com debêntures, seis ofertas de notas promissórias, quatro emissões de CRIs e treze ofertas com FIDCs, mas todas com volume médio de apenas R\$ 51,5 milhões. O estoque de CDB fechou o mês de maio com R\$ 504 bilhões, um crescimento de 8% em relação ao ano anterior e de 4% na comparação com o mês de abril. Já o volume registrado do certificado cresceu 25% em maio, tanto na comparação anual quanto na mensal, chegando a R\$ 205 bilhões. Desde outubro de 2014 o estoque de CDB não ultrapassava a marca dos R\$ 500 bilhões. No mercado de títulos emitidos por instituições financeiras, a demanda dos investidores se mantém concentrada, sobretudo, em Letras Financeiras de bancos de grande porte. As taxas ofertadas pelas instituições não apresentaram alterações significativas no período (tendência de redução). A oferta de DPGE verificada no mês de junho foi restrita.

IBOVESPA

O Ibovespa se recuperou em junho e avançou 6,30%, aos 51.526 pontos. O desempenho no mês é atribuído basicamente a fatores externos, sendo o principal deles a mudança do tom dos comunicados do FED ao longo do mês, principalmente após a divulgação de dados mais fracos do mercado de trabalho norte americano que contribuíram para reduzir a probabilidade de aumento de juros no curto prazo. Além disso, com a saída do Reino Unido da União Europeia referendada pelos britânicos no final do mês os principais bancos centrais do mundo se comprometeram com medidas de relaxamento monetário de forma a evitar maiores solavancos na economia global. Em conjunto, os dois fatores contribuíram para fortalecer as cotações de *commodities* metálicas, principalmente minério de ferro. No front doméstico, a aprovação da DRU na Câmara contribuiu para o bom humor dos investidores com a bolsa doméstica devido à sinalização de que o Governo terá apoio na Câmara para aprovar medidas necessárias para a retomada da atividade econômica. Em relação ao comportamento do Ibovespa, o setor de Educação foi o destaque positivo, com alta de 28,40%. Pelo lado negativo o destaque foi o setor de Papel e Celulose, com queda de 23,01%.

DESEMPENHO DOS ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL vs META ATUARIAL (30/06/2015 a 31/05/2016)



O objetivo desta seção é trazer informações sobre o mercado financeiro para os RPPS

BREXIT e seus impactos

Nesta edição do Boletim RPPS falaremos sobre o **BREXIT** – referendo que sinalizou a ruptura entre o Reino Unido (UK) e a União Europeia (UE).

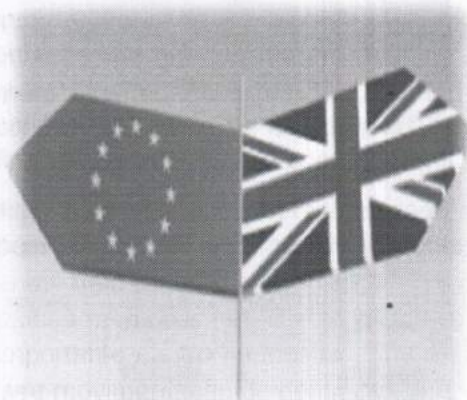
O termo BREXIT tem sua origem na junção de **Britain** (Grã-Bretanha) e **Exit** (Saída) e tem permeado os noticiários político-econômico ao redor do mundo, entrando no radar dos investidores desde o anúncio do então primeiro ministro britânico sobre a realização de um referendo, através do qual a população decidiria sobre a saída ou permanência da Grã-Bretanha na União Europeia (UE).

O referendo foi realizado em 23 de junho e, contrariando expectativas do mercado, 52% dos quase 30 milhões de votos selaram a decisão da saída.

A relação entre o Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte) e a União Europeia durava 43 anos. Vale lembrar que a União Europeia é o maior bloco econômico da atualidade sendo composto até então por 28 países membros que detém cerca de 1/4 do PIB global. Já o Reino Unido abriga em seu território o maior e mais importante centro financeiro europeu conhecido como **City** (Londres). Essa “parceria” tinha como características a livre movimentação de bens, pessoas, serviços e capitais nos territórios dos membros do bloco.

Com o resultado das urnas, a efetivação do “desligamento” pode levar até dois anos. Caberá ao novo (a) *premier* britânico a condução desse processo, dada a renúncia do responsável pela consulta pública logo após a divulgação do resultado.

Dentre os possíveis desdobramentos decorrentes da efetivação desse rompimento podemos citar:



- Elevação do risco político na União Europeia;
- Efeito contágio – situação em que outros membros da UE também podem solicitar o desligamento do bloco;
- Enfraquecimento da economia britânica, que pode entrar em recessão.
- Divisão interna no Reino Unido – caso os países requeiram via referendo sua independência da Inglaterra;
- Aumento da volatilidade nos mercados mundiais.

Importante ressaltar que os **efeitos colaterais** do BREXIT ainda não foram completamente mapeados mas, dada a relevância econômica e política dos envolvidos no processo, tendem a se estender às demais economias, fazendo com que autoridades monetárias tenham que ajustar suas estratégias para se adequarem a esse novo cenário.

Diante disso, medidas como “afrouxamento” monetário que seriam usadas para minimizar os impactos na economia do bloco, entram no radar dos investidores. Esses movimentos resultam em alterações na precificação dos ativos financeiros em todo o mundo.

No caso da economia local, os reflexos são sentidos na taxa de câmbio e alteração nos patamares de negociação dos títulos públicos federais, ativos que compõem majoritariamente as carteiras dos fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social. Movimentos dessa natureza devem ser acompanhados de perto pelos gestores pois os preços dos ativos financeiros são impactados e oportunidades podem aparecer.

O acompanhamento do mercado e a leitura dos movimentos de cada evento podem ser um importante diferencial na busca pela meta atuarial. **FIQUE DE OLHO!**

Neste tópico são apresentadas informações sobre os fundos CAIXA destinados aos RPPS

FUNDOS CAIXA ENCERRAM COM DESEMPENHO ACIMA DA META ATUARIAL

Entre os meses de Abril e Junho, após aproximadamente 5 anos, mais seis fundos da CAIXA estruturados para os RPPS encerraram suas estratégias, **entregando resultados superiores à meta atuarial** observada no período de vigência. Tratam-se dos fundos:

- CAIXA BR IPCA VII FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA VIII FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA IX FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA X FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA XI FI RF CP;
- CAIXA BR IPCA XII FI RF CP.

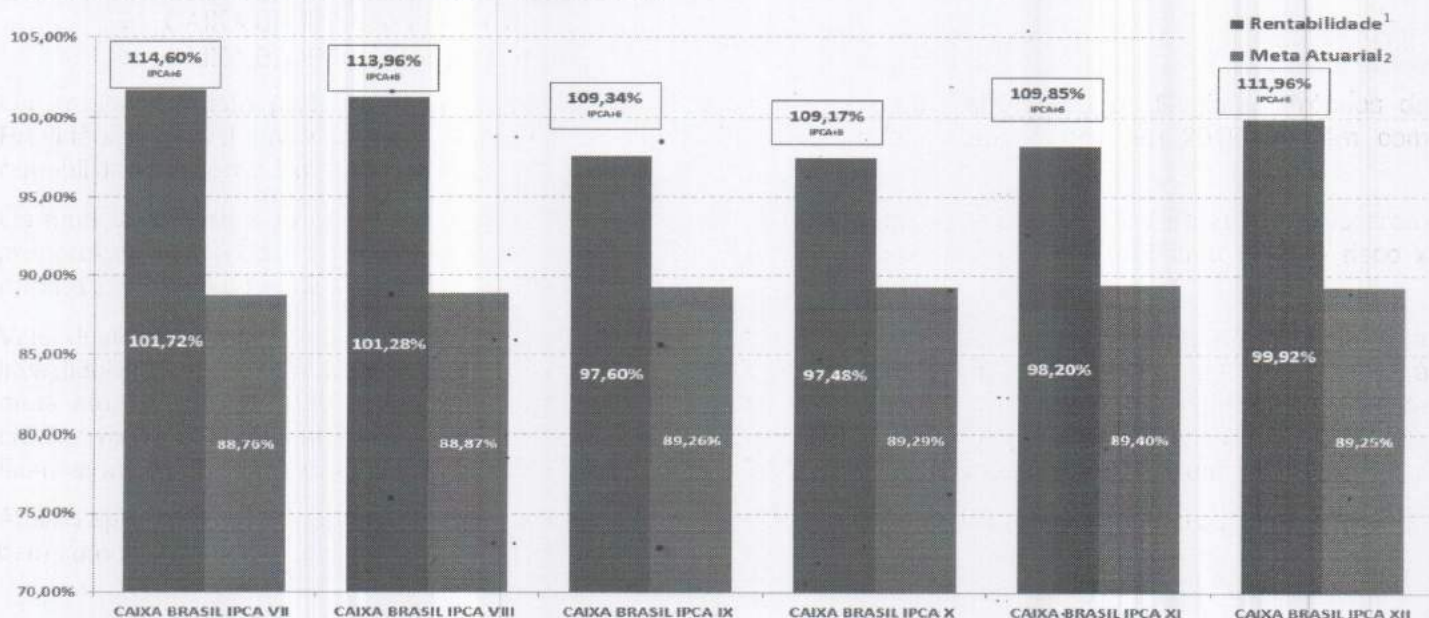


Os produtos faziam parte de uma "família" de 23 fundos criados pela CAIXA para os Regimes Próprios de Previdência Social entre 2010 e 2011. Os seis primeiros fundos foram encerrados em 2015 também com rentabilidade superior a meta atuarial.

Os fundos aproveitaram oportunidades de emissões de ativos com taxas altas após a crise de 2008 e buscaram proporcionar aos cotistas rentabilidade acima de IPCA+6%, tendo como premissa manter uma relação risco x retorno adequada ao perfil do cliente.

Vale destacar que mesmo com a elevada volatilidade observada no mercado financeiro nos últimos anos, os investidores que aportaram recursos nos fundos conseguiram rentabilizar suas aplicações a uma taxa superior à meta atuarial. Esse resultado se torna ainda mais interessante se levarmos em conta a mitigação do risco de crédito, dado que os fundos possuíam carteiras compostas por **DPGE** – títulos privados emitidos por instituições financeiras que contam com a garantia de R\$ 20 milhões do **FGC - Fundo Garantidor de Crédito por emissor**.

Abaixo apresentamos a rentabilidade acumulada dos fundos desde o lançamento até os respectivos encerramentos, bem como o desempenho deles frente a meta atuarial:



Como lembramos em outras edições do Boletim, entendemos que o acompanhamento do mercado e a diversificação de portfólio são medidas essenciais para o alcance de resultados.

Mais uma vez o olhar especializado da **CAIXA** para o segmento RPPS somado à expertise na busca por oportunidades resultaram em fundos que superaram a meta atuarial durante o período de investimento. **FIQUE DE OLHO!**

¹ - Rentabilidade nominal acumulada desde o início dos fundos até o encerramento dos mesmos.

² - Meta Atuarial (IPCA+6) acumulado desde o início dos fundos até o encerramento dos mesmos.



CAIXA

Fundo/Categoria	Patrimônio Líquido	Mês*				Ano				12 Meses			
		Rent.	% CDI	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% CDI	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% CDI	% INPC+6	% IPCA+6
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso I, "b"													
Limite para alocação dos recursos: 100%													
FI BRASIL IMAB LP	R\$ 3.767.202.804,98	1,92	165,55	195,57	222,95	15,96	237,44	195,84	214,07	15,21	107,95	94,70	98,94
FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	R\$ 9.555.916.669,47	1,06	90,99	107,49	122,54	7,38	109,82	90,58	99,01	14,82	105,13	92,23	96,36
FI BRASIL IRF-M 1 + TP RF LP (1)	R\$ 190.635.348,92	2,51	216,63	255,91	291,73	19,48	289,83	239,06	261,31	17,75	125,97	110,51	115,45
FI BRASIL IRF-M TOTAL TP RF (3)	R\$ 333.297.354,37	2,01	173,04	204,42	233,03	14,26	212,17	175,00	191,29	15,99	113,46	99,53	103,98
FI BRASIL IMAB 5 LP	R\$ 5.287.698.861,53	0,92	79,11	93,45	106,53	8,66	128,89	106,31	116,21	16,43	116,56	102,26	106,83
FI BRASIL IMAB 5 + LP (2)	R\$ 444.109.093,68	2,58	222,08	262,35	299,06	20,49	304,94	251,52	274,93	16,21	115,05	100,93	105,44
FI BRASIL IMA GERAL	R\$ 1.035.808.847,90	1,76	151,58	179,06	204,12	12,62	187,73	154,84	169,26	15,21	107,95	94,70	98,94
FI BRASIL IDKA IPCA 2 A (3)	R\$ 3.848.953.491,97	0,88	75,62	89,33	101,84	8,41	125,19	103,26	112,87	16,74	118,78	104,21	108,87
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso III													
Limite para alocação dos recursos: 80%													
FIC NOVO BRASIL IMAB	R\$ 2.216.566.245,83	1,90	164,09	193,84	220,97	15,44	229,77	189,51	207,16	15,52	110,12	96,61	100,93
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	R\$ 184.497.608,88	1,09	93,62	110,60	126,08	6,28	93,39	77,03	84,20	13,13	93,18	81,75	85,40
FI BRASIL TP LP	R\$ 1.991.201.007,16	1,15	98,92	116,86	133,21	6,84	101,71	83,89	91,71	13,91	98,71	86,59	90,47
FI ALIANÇA TP LP	R\$ 388.211.814,77	1,15	98,96	116,90	133,26	6,82	101,42	83,65	91,44	13,87	98,41	86,34	90,20
FI RS TP LP	R\$ 299.232.600,90	1,15	98,99	116,94	133,31	6,86	102,03	84,15	91,99	13,91	98,68	86,57	90,44
Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI BRASIL REF DI LP	R\$ 4.476.581.581,53	1,16	99,55	117,60	134,06	6,73	100,08	82,55	90,23	14,15	100,38	88,07	92,00
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso VII, "b"													
Limite para alocação dos recursos: 5%													
FI BRASIL IPCA V CRED PRIV	R\$ 94.426.601,06	1,29	110,84	130,93	149,26	8,32	123,88	102,18	111,69	15,98	113,41	99,49	103,94
FI BRASIL IPCA VI CRED PRIV	R\$ 95.915.055,10	1,29	110,95	131,07	149,42	8,30	123,53	101,89	111,38	15,95	113,15	99,27	103,71
FI BRASIL IPCA VII CRED PRIV	R\$ 97.264.018,55	1,13	97,01	114,60	130,63	8,03	119,50	98,57	107,75	15,84	112,43	98,64	103,05
FI BRASIL IPCA VIII CRED PRIV	R\$ 90.567.790,87	1,28	109,98	129,92	148,11	8,36	124,37	102,59	112,14	16,16	114,69	100,61	105,11
FI BRASIL IPCA XIII CRED PRIV	R\$ 108.215.842,44	1,22	105,49	124,62	142,06	7,70	114,60	94,52	103,32	15,13	107,35	94,18	98,39
FI BRASIL IPCA XIV CRED PRIV	R\$ 100.984.639,97	1,22	105,40	124,51	141,94	7,70	114,53	94,46	103,26	15,11	107,25	94,09	98,30
FI BRASIL IPCA XV CRED PRIV	R\$ 99.506.440,11	1,19	102,79	121,42	138,42	7,65	113,82	93,88	102,62	15,06	106,86	93,75	97,94
* Rentabilidade referente a Junho/2016													

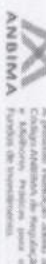
* Rentabilidade referente a Junho/2016

Regulamentação: Instrução CVM 555/14 e alterações posteriores / Resolução CMN 3.822/10

Registramento disponível no site da CVM: www.cvm.gov.br

Portal de edição financeira da ANBIMA - Como investir: www.comoinvestir.com.br

Auditor: PricewaterhouseCoopers Auditoria Independente



Atendimento ao Cliente:

As informações sobre o fundo podem ser consultadas: I - Diretamente nas Agências e/ou PABX; II - Pelo "telefone" nos endereços eletrônicos: www.cvm.gov.br; III - SAC: 0800 126 0801 IV - Ouvidoria Caixa: 0800 125 7474 V - Atendimento a pessoas com deficiência: 0800 126 2432

Fundo/Categoria	Patrimônio Líquido	Mês¹				Ano				12 Meses			
		Rent.	% BENCH	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% BENCH	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% BENCH	% INPC+6	% IPCA+6
Ações - Art. 8º, Inciso I													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI ACOES IBOVESPA ⁽⁷⁾	R\$	63.508.486,53	5,98	93,05	596,98	680,53	18,50	87,50	202,58	221,44	-8,33		
FI ACOES BRASIL IBX - 50 ⁽⁸⁾	R\$	77.351.298,97	4,44	70,84	452,03	515,29	7,77	43,75	65,33	104,20	-11,07		
Ações - Art. 8º, Inciso II													
Limite para alocação dos recursos: 20%													
FI ACOES BRASIL ETF IBOVESPA	R\$	21.042.388,26	6,03	95,08	613,94	689,75	18,47	97,80	228,65	247,75	-2,83		
Ações - Art. 8º, Inciso III													
Limite para alocação dos recursos: 16%													
FI ACOES VALOR SMALL CAP RPPS ⁽⁹⁾	R\$	134.913.622,52	3,32	36,42	338,10	395,42	-16,55				-18,16		
FI ACOES VALOR DIVIDENDOS RPPS ⁽⁹⁾	R\$	327.867.481,80	2,50	32,49	254,33	289,93	6,47	25,00	79,39	86,78	2,99		
FI A PETROBRAS PRE-SAL ⁽⁹⁾	R\$	13.694.319,70	17,04	130,41	1734,39	1877,13	40,07	118,81	491,88	537,66	-26,15	18,81	19,44
FI A CONSUMO	R\$	11.772.256,70	4,85	82,14	494,03	563,17	8,14	76,89	99,80	109,20	-7,59		
FI ACOES VALE DO RIO DOCE ⁽⁹⁾	R\$	251.399.375,99	14,18	98,37	1443,57	1645,61	25,38	102,08	311,48	340,48	-8,05		
FI ACOES DIVIDENDOS ⁽⁹⁾	R\$	32.174.549,15	4,37	56,78	444,42	506,62	11,74	45,37	144,09	157,51	-12,29		
FI ACOES SUSTENT EMPRI ISE ⁽⁹⁾	R\$	3.404.355,95	3,80	94,59	389,40	440,47	3,27	81,48	40,14	43,87	-12,24		
FI ACOES CONSTRUCAO CIVIL ⁽⁹⁾	R\$	8.900.199,38	7,48	93,51	761,46	888,03	30,63	83,09	375,97	410,98	12,63	72,61	78,62
FI ACOES INFRAESTRUTURA ⁽⁹⁾	R\$	14.782.246,56	8,35	132,56	850,48	999,48	24,75	131,20	303,75	332,03	-1,13		
FI ACOES BDR INSTITUCIONAL NIVEL I ⁽⁹⁾	R\$	69.078.846,74	-11,71				-18,90				4,74	87,84	29,48
Multimercado - Art. 8º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 5%													
FI BRASIL IPCA I MULTIMERCADO	R\$	81.052.934,08	1,14	98,35	116,18	132,44	8,12	120,90	99,72	109,00	15,83	113,08	98,20
FI BRASIL IPCA II MULTIMERCADO	R\$	81.130.363,22	1,14	98,35	118,18	132,44	8,12	120,90	99,72	109,01	15,84	113,08	98,21
FI BRASIL IPCA III MULTIMERCADO	R\$	92.798.409,76	1,21	104,53	123,49	140,77	8,17	121,63	100,32	109,66	15,89	112,77	98,93
FI BRASIL IPCA IV MULTIMERCADO	R\$	92.672.223,89	1,21	104,54	123,50	140,78	8,18	121,66	100,35	109,66	15,89	112,79	98,85
FI BRASIL IPCA V MULTIMERCADO	R\$	94.420.001,09	1,29	110,84	130,93	149,28	8,32	123,98	102,18	111,69	15,88	113,41	98,49
FI BRASIL IPCA VI MULTIMERCADO	R\$	95.915.055,10	1,29	110,95	131,07	149,42	8,30	123,53	101,89	111,38	15,95	113,15	99,27
FI BRASIL IPCA VII MULTIMERCADO	R\$	97.264.018,55	1,13	97,01	114,80	130,63	8,03	119,50	98,57	107,75	15,84	112,43	98,64
FI BRASIL IPCA VIII MULTIMERCADO	R\$	90.597.790,87	1,28	109,98	129,92	148,11	8,36	124,37	102,59	112,14	16,16	114,69	100,61

Regulamento da Instituição CNPq 555/14 e alterações posteriores / Resolução CMN 3.922/10
 Regulamento disponível no site do CNPq: www.cnpq.gov.br
 Portal de educação financeira da ANBRA - Cofin Investir/www.cofininvestir.com.br
 Administrador, Gestor, Diretor(a) e Controlador(a): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 Auditor: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes



¹⁰ The present authors have also written another book on the same topic, *La medicina del futuro*, published by Editorial Planeta S.A., Barcelona, Spain.

Atendimento ao Cliente

Endereço: Rua Agências e/ou Pólos, II - Fala "internet" nos endereços eletrônicos: a) www.cetisa.gov.br/III-SAC, (800) 726 0101, IV - Ouvidoria Caixa: 0806 725 7474 V - Atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Supervisão e Fiscalização
Condições de Trabalho: 20-0000

Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br

BENCHMARK: (1) SMIL - (2) PETR - (3) VALE - (4) IDIV - (5) ISE - (6) IMOB - (7) IBOV - (8) IBX-50 - (9) BDRX11 - Conforme Portaria 07/2014/MPS este fundo não permite novas aplicações de RPPS após 07/09/2014. Os valores aplicados antes desta data serão acumulados até a liquidação, sem incidência de juros.

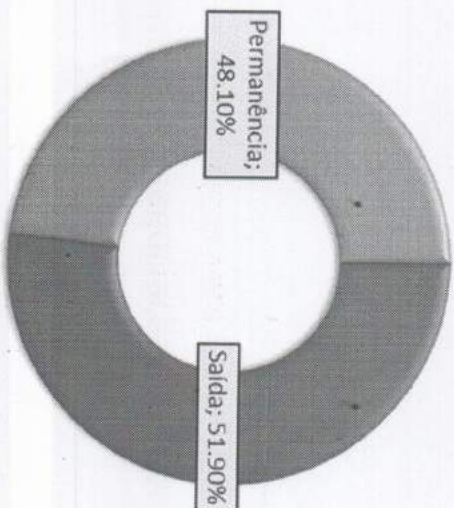
[illegible]

BREXIT: REINO UNIDO E UNIÃO EUROPEIA



BREXIT – O QUE É?

Referendo - Brexit



- O Reino Unido votou, em 23/06, por sair da União Europeia, após 43 anos no grupo;
- Apesar da Escócia, Irlanda do Norte e Londres votarem pela permanência, o interior da Inglaterra votou em peso pela saída, determinando o resultado final do referendo;
- A partir de agora o processo tem que ser aprovado na Câmara Baixa do Parlamento e, após isso, serão 2 anos para a negociação dos termos de saída.
- O resultado não foi antecipado pelo mercado. As pesquisas divulgadas na semana da votação indicava a vitória pela permanência. O mercado deixava de lado uma chance de “meio a meio” para a possibilidade de 75% pela permanência e 25% pela saída.



BREXIT – SHOULD I STAY OR SHOULD I GO?

Favorável à saída da UE

Estima-se que entre 15% e 55% da legislação britânica vem hoje da União Europeia. Há uma concessão real de poder e soberania à UE

Levanta a bandeira contra a imigração: discussão em relação ao nível de imigrantes adequado para a economia britânica

Comércio mundial hoje é diferente de 40 anos atrás: fora da UE, o RU estaria livre da burocracia e seria capaz de disputar mercados globais de modo mais transparente.

Contrário à saída da UE

45% do que o Reino Unido exporta vai para o bloco. Menos de 7% do que o Reino Unido importa vem da UE.

80% das empresas britânicas são contra o Brexit

O setor mais prejudicado seria o financeiro: a City londrina, que hoje é o segundo centro de finanças globais, perderia seu posto, uma vez que deixaria de fazer sentido aos bancos e fundos operar no RU sem o livre acesso aos mercados europeus.

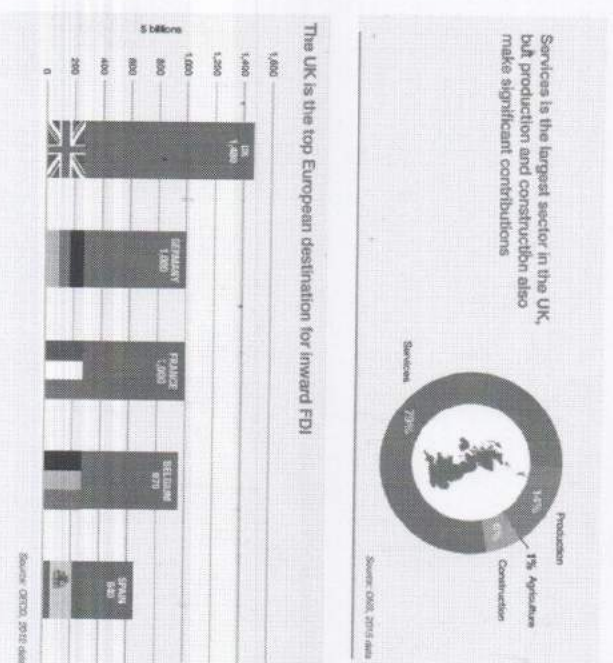
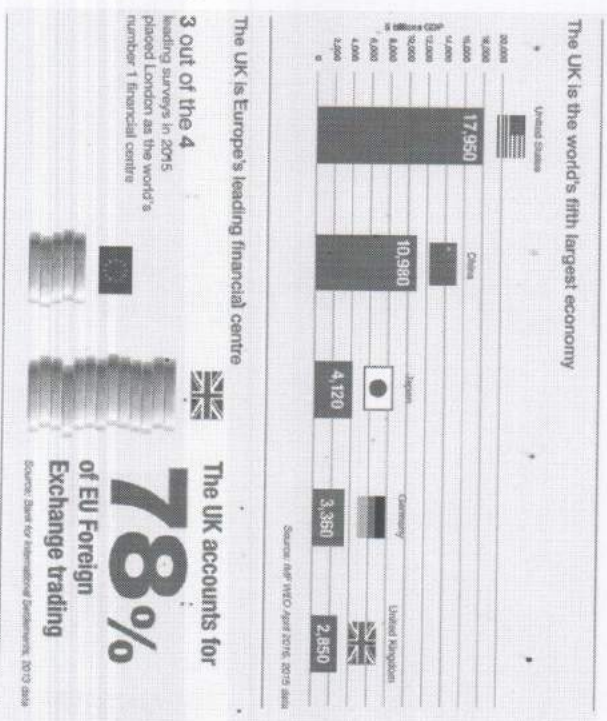
O resultado seria um declínio da Europa como um polo financeiro global.

Fonte: HM Treasury analysis: the long-term economic impact of EU membership and the alternatives



BREXIT – ECONOMIA DO REINO UNIDO

- A economia do Reino Unido é a 5ª maior do mundo e o centro financeiro da Europa;
- A maior participação na economia é do setor de Serviços. Porém, os setores produtivos e de construção possuem participações relevantes;
- O Reino Unido é o principal destino de IED (Investimento Estrangeiro Direto) da Europa.



Fonte: HM Treasury analysis: the long-term economic impact of EU membership and the alternatives



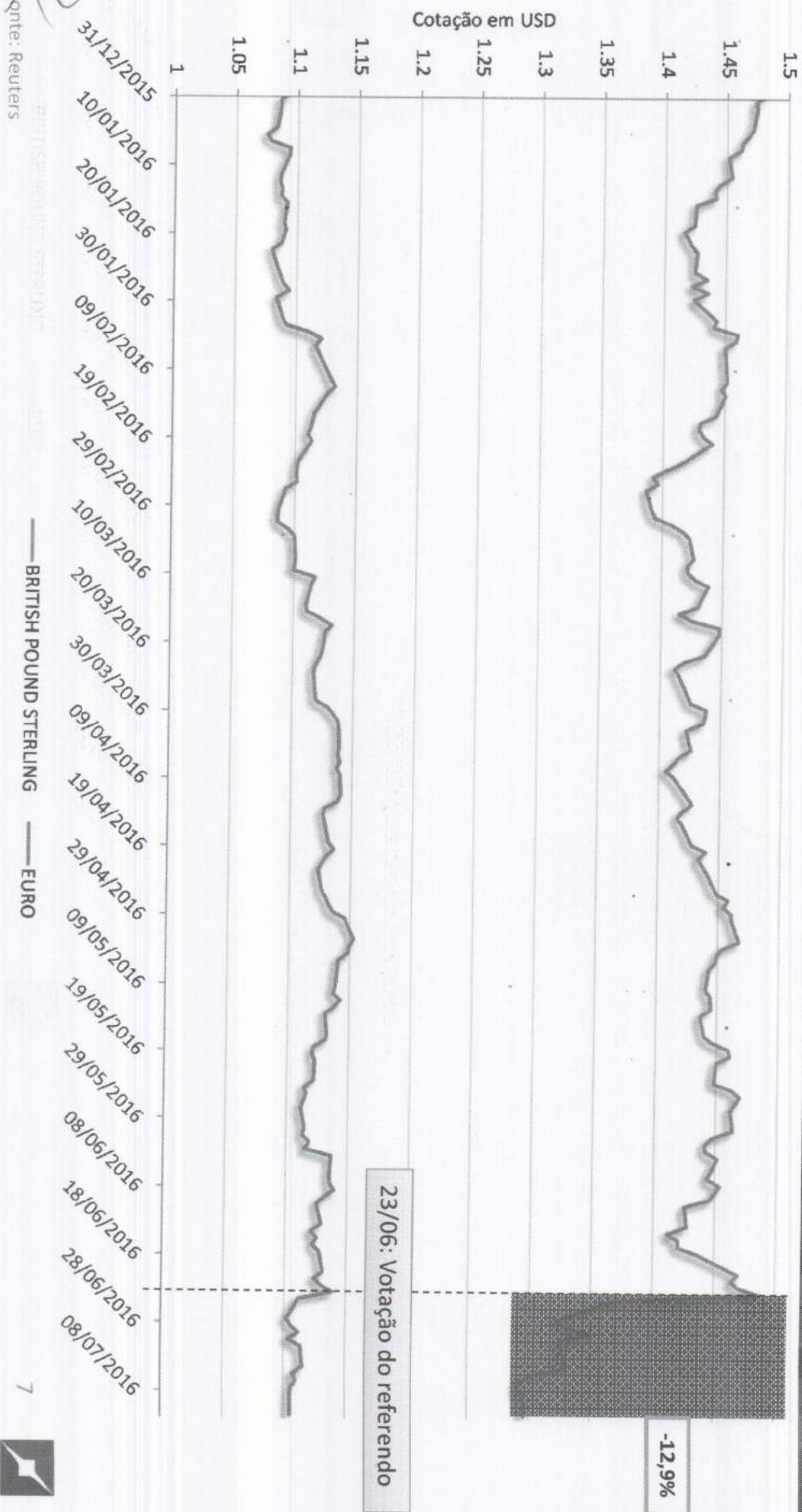
BREXIT – CONSEQUÊNCIAS

- O Reino Unido exporta para a União Europeia aproximadamente 15% do PIB. Manter-se um membro da UE era importante principalmente porque o bloco leva à redução das barreiras de comércio, fazendo com que produtos e serviços sejam mais baratos para consumidores ingleses e permitindo que as empresas exportem mais;
- Deixar a UE leva a uma relação comercial mais conturbada entre o país e os demais países-membros. Por outro lado, a saída resultaria em uma contribuição menor ao orçamento da UE.
- Segundo a análise da London School of Economics, em um cenário otimista (em que o 'Brexit' desencadeasse sanções mínimas), a renda do Reino Unido reduziria em 1,1% do PIB. Já em um cenário mais pessimista, em que os embargos fossem mais severos, a renda poderia contrair até 3,1% do PIB.
- O *Brexit* também afetaria o LED, a imigração e a regulação econômica no Reino Unido. Tais efeitos são mais difíceis de quantificar do que mudanças no comércio.

Fonte: London School of Economics / FMI



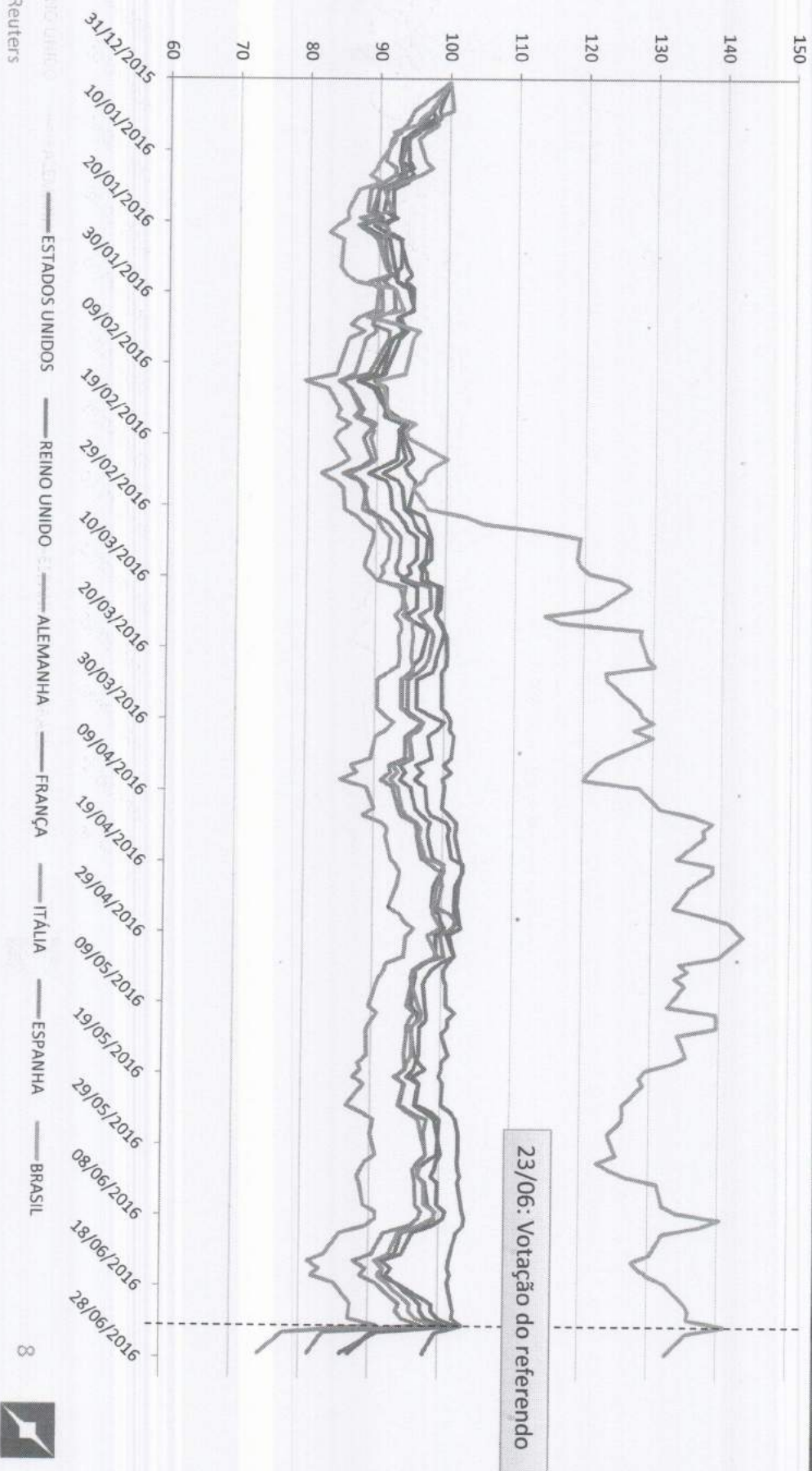
BREXIT – MOEDAS EM DÓLAR



Fonte: Reuters



BREXIT – BOLSAS EM DÓLAR (BASE 100)



Fonte: Reuters



BREXIT – CONSEQUÊNCIAS

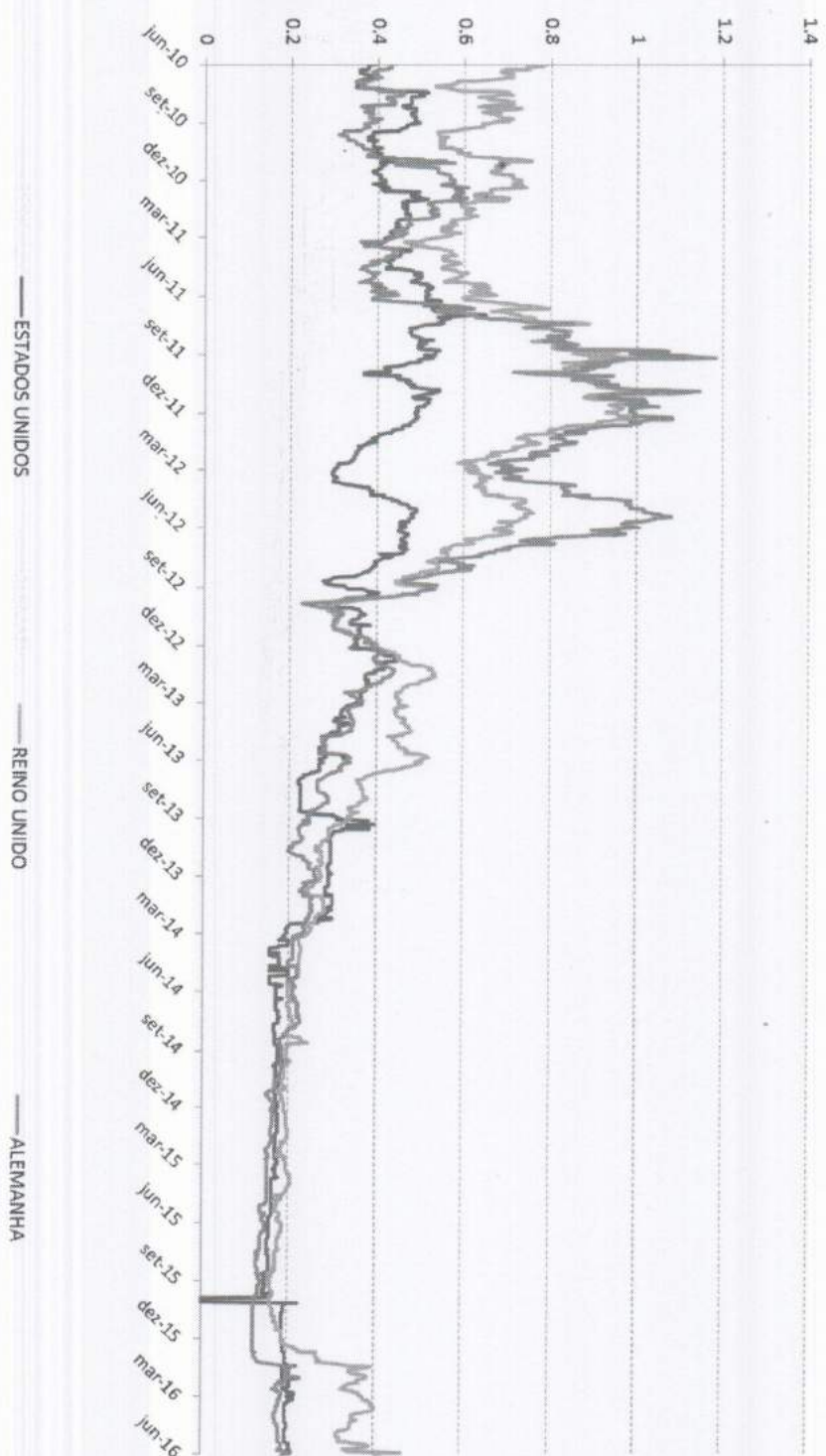
- A consequência imediata da saída do Reino Unido foi a desvalorização da Libra Esterlina. Desde o referendo, a moeda já perdeu quase -13% de seu valor. O euro cedeu 4,48% ante o dólar na mínima do dia, baixa mais forte desde que a inserção da moeda única, em 1999.
- Saída de David Cameron do cargo de primeiro-ministro. Theresa May está cotada para assumir o cargo
- Há dois riscos daqui pra frente:
 - a) Contágio Financeiro (não apenas na Europa), desencadeando uma crise financeira mais grave. No entanto, o mercado ainda não aponta stress nesse sentido.
 - b) *Brexit* gerar um efeito em cascata, como um incentivo à outros países a abandonarem o bloco. Em termos de recessão, o Reino Unido é o que mais vai sofrer, o que reduziria o ímpeto de saída de outros países.

Consequências para o mundo: Menores taxas de crescimento e posturas mais dovish dos Bancos Centrais.

Fonte: London School of Economics / FMI

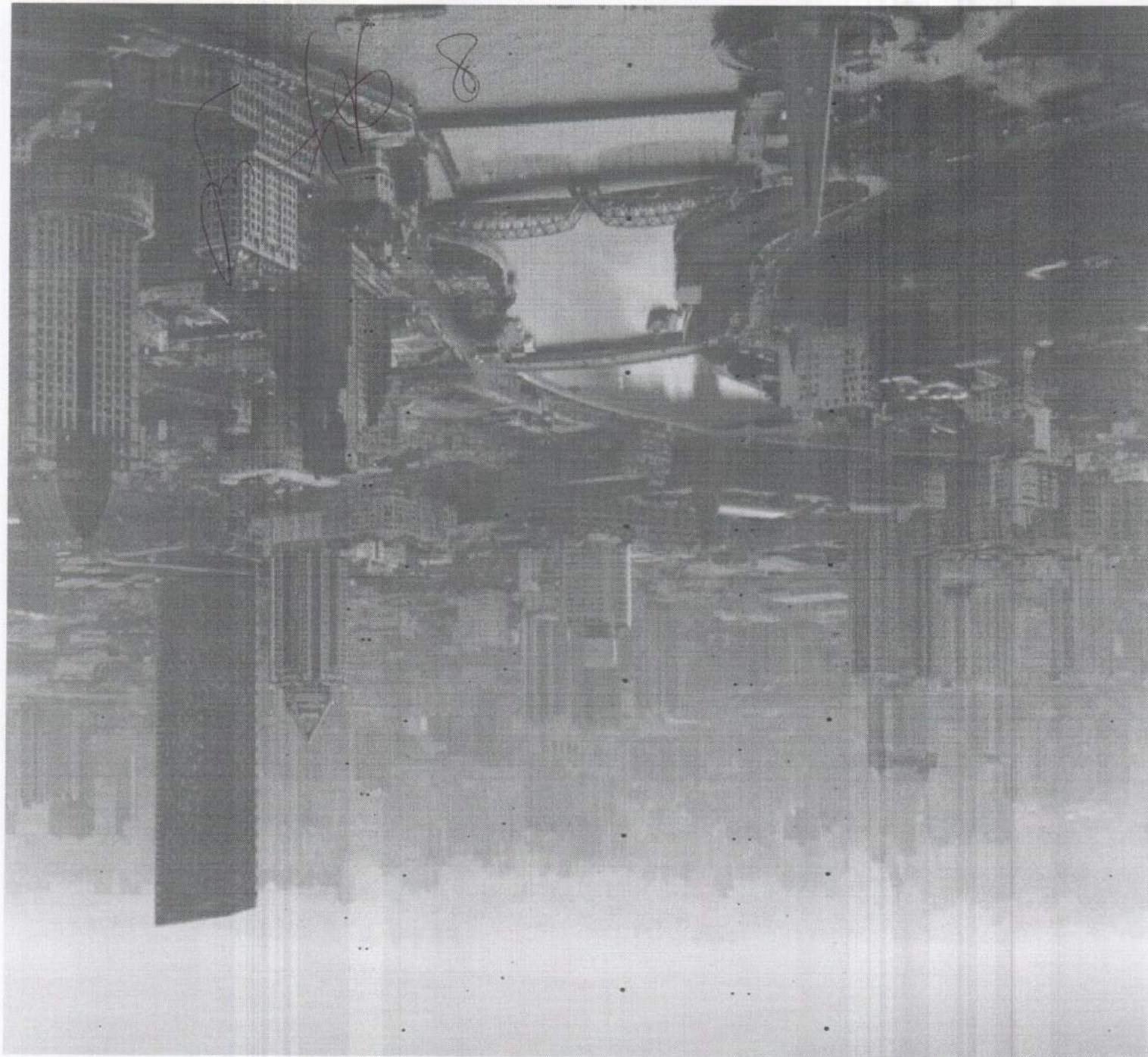


BREXIT – CONSEQUÊNCIAS



Fonte: London School of Economics / FMI





DMF Financial Advisers

RELATÓRIO TRIMESTRAL

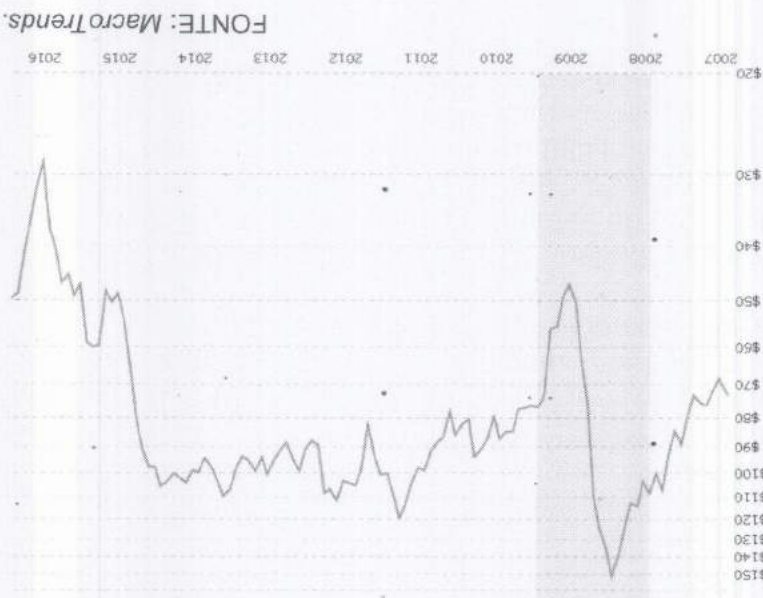
Junho/2016



• Estados Unidos

Por mais um trimestre, as expectativas de um aumento da taxa de juros básicas da economia americana foram frustradas. Não bastasse a lenta evolução das variáveis chaves da economia americana (nível da inflação, taxa de desemprego e nível do produto), o aumento de importâncias dado às variáveis externas influenciou na tomada de decisão das autoridades monetárias, que optaram por continuar com uma postura mais cautelosa num momento de crescente incerteza.

O preço do barril do petróleo continua longe do pico de US\$ 151,72 verificado meses antes (junho de 2008) do estouro da crise financeira. Entretanto, a tendência de alta verificada ao longo de todo o ano de 2016 indica que é apenas uma questão de tempo para que o preço do barril ultrapasse os US\$ 50 neste ano. De acordo com a Opep, o movimento de convergência entre oferta e demanda é satisfatório e não justificaria a fixação de um teto ou de cotas para a produção do barril.

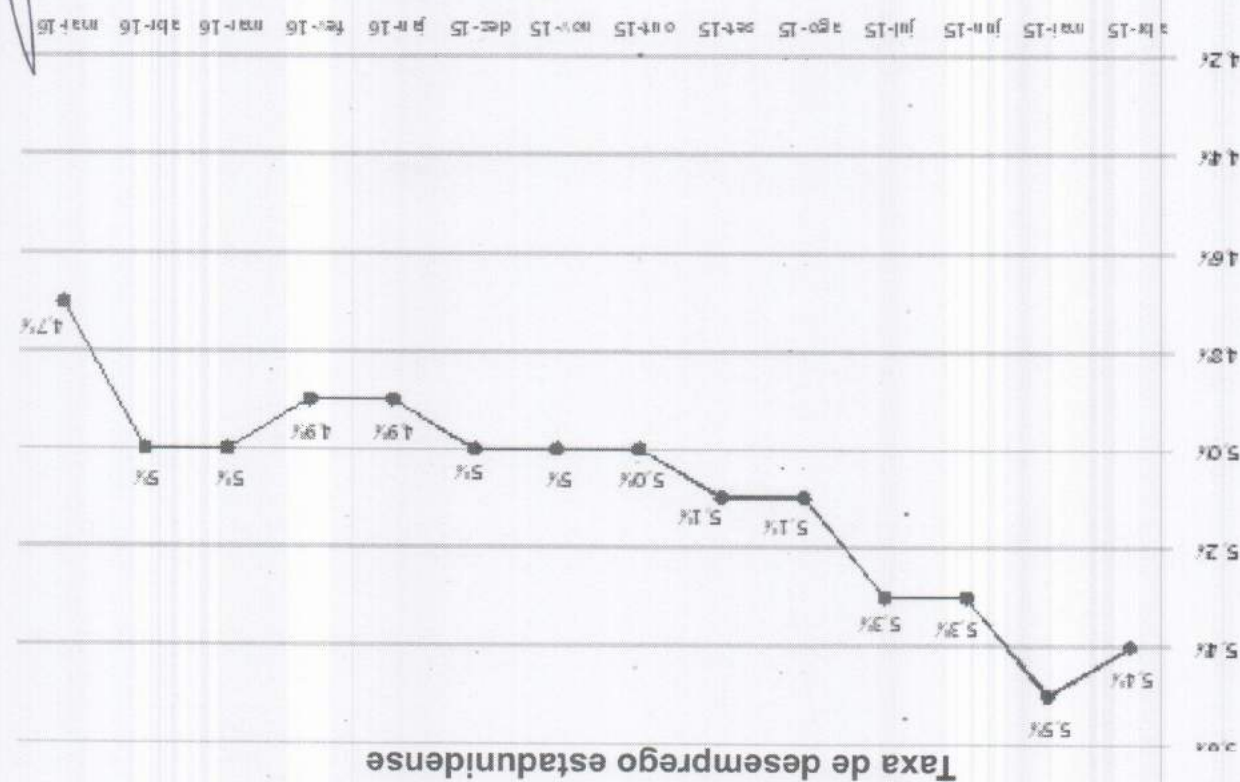
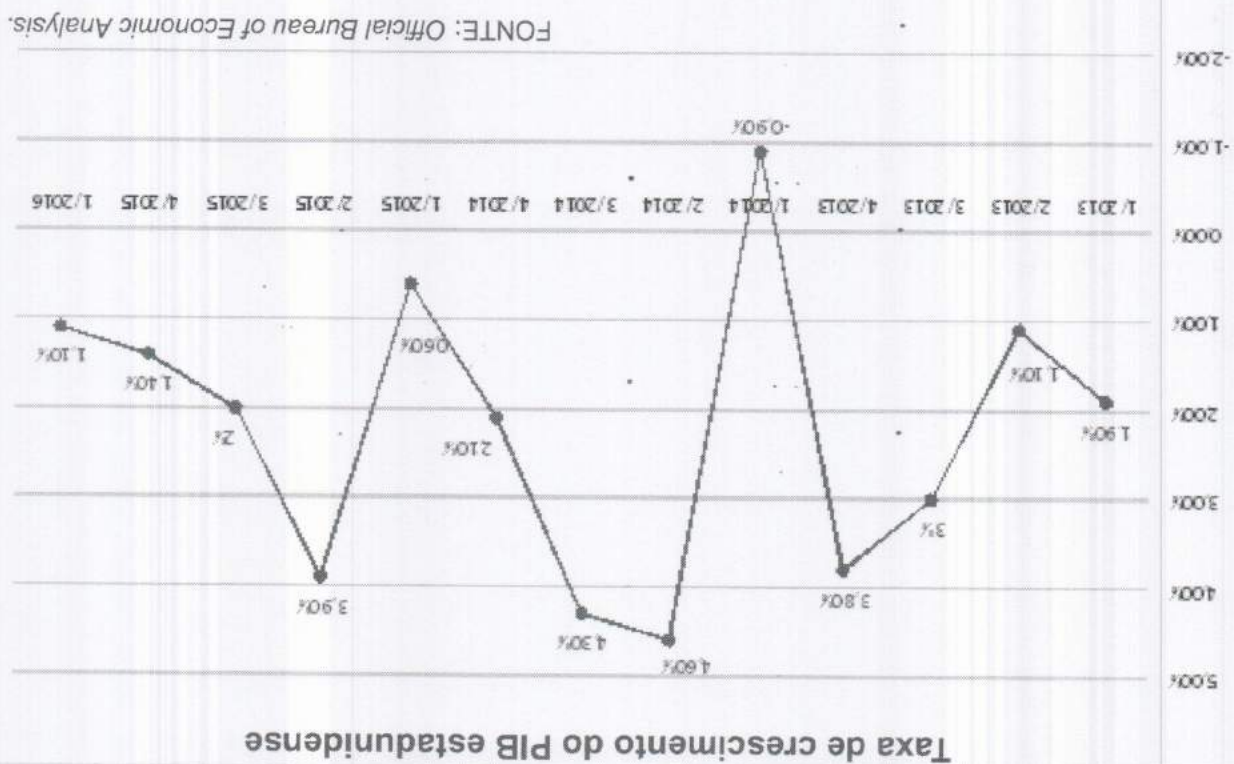


Em relação ao PIB, as novas projeções foram atualizadas para baixo. Em 2016 era previsto um crescimento de 2,2% e, agora, o *Federal Reserve* trabalha com uma variação de 2%. O movimento de desaceleração pode ser sentido no mercado de trabalho de maio, que criou apenas 38 mil novas vagas de trabalho e obteve o pior resultado em mais de cinco anos. Atualmente, a taxa de desemprego está em 4,7% e é a menor taxa desde novembro de 2007.

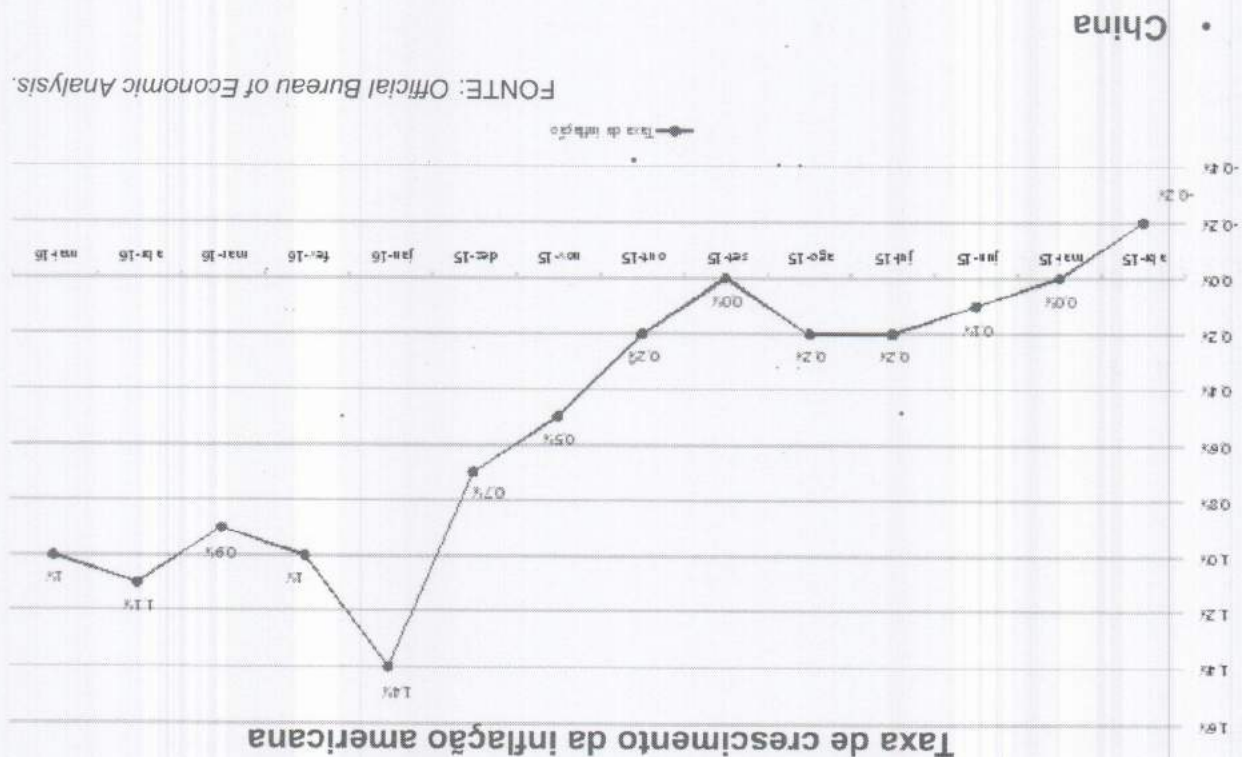
Já a inflação, deve continuar a seguir o seu caminho ascendente rumo à meta de 2%. De acordo com a última projeção do *Fed* a inflação esperada para o fim do ano é de 1,6%, e não mais 1,4%.

Visto isto, não é surpresa que o *Fomc* tenha determinado pelo mantimento da taxa de juros no patamar entre 0,25% e 0,5% ao ano e que o Livro Bege, espécie de sumário das condições econômicas que embasam as decisões políticas monetárias do *Fed*, tenha classificado o atual crescimento da economia americana como "modesto".

CENÁRIO INTERNACIONAL



CENÁRIO INTERNACIONAL



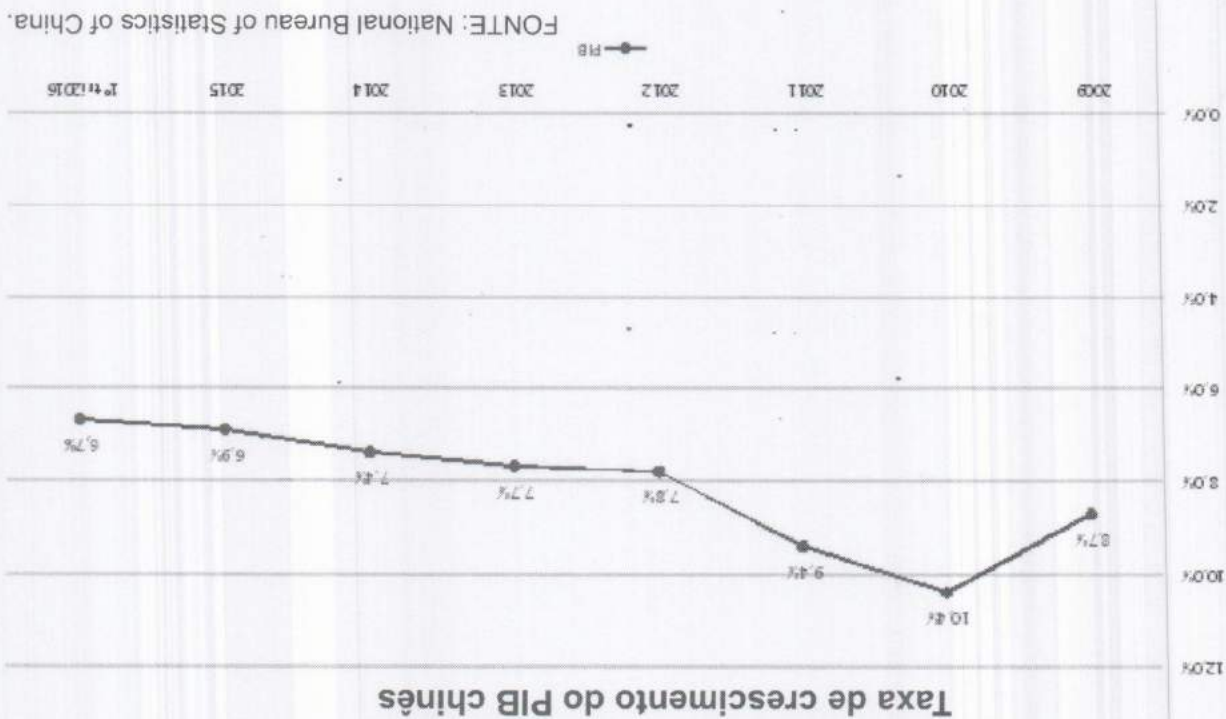
A diminuição da demanda global afeta fortemente a economia asiática, que viu no mês de maio as suas exportações retraírem 4,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em abril, o recuo havia sido de 1,8%.

Já as importações, registraram pelo 19º mês consecutivo uma taxa de crescimento negativa, ou seja, retração. Ainda assim, por ter sido relativamente baixo (-0,4%), o resultado foi visto como um bom sinal uma vez que, em abril, o resultado registrado tinha sido de aproximadamente 11%.

Em relação ao nível de inflação, o governo chinês continua enfrentando dificuldades para alcançar o objetivo da sua meta (3%). Em maio, a taxa de crescimento apresentada foi inferior ao da de abril (2% ante 2,3%, respectivamente) e caracterizou a primeira desaceleração em sete meses.

Mantendo-se no mesmo nível de abril (6%), o crescimento da produção chinesa de maio, quando analisado em conjunto com o PMI de junho indica bons resultados. O PMI de *Caixin* alcançou 52,7 pontos e, como é sabido, para qualquer valor acima dos 50 pontos, entende-se que houve expansão da atividade.

Em particular sobre o temor de uma fuga de capitais em massa, foi verificado uma considerável redução do nível de reservas em moeda estrangeira em maio. A valorização do dólar e a política de desvalorização do *yuan* fizeram com que as reservas diminuíssem em US\$ 27,93 bilhões de tal modo que os ganhos de R\$ 17 bilhões obtidos entre março e abril fossem revertidos em um prejuízo. Atualmente, a China detém cerca de R\$ US\$ 3,192 trilhões em reservas internacionais e, em maio, a desvalorização do *yuan* frente ao ativo americano foi de 1,6%.



Com uma apertada vitória de 52%, 72,2% dos eleitores britânicos afirmaram ser favoráveis a uma saída do Reino Unido da União Europeia. O resultado, sem dúvida, surpreendeu e significou um divisor de águas na configuração do bloco europeu.

Embora não implique em uma mudança imediata na organização do bloco europeu, a incerteza deve permanecer grande no curto prazo e, por isso, o sentimento de aversão ao risco, que já estava presente, deve aumentar ainda mais.

Por ora, é certo afirmar que um pedido oficial de retirada do Reino Unido apenas se concretizará quando a Cláusula 50 do Tratado de Lisboa for acionada. Entretanto, até lá, um novo primeiro-ministro deverá assumir o posto de David Cameron, que colocou o seu cargo à disposição logo após a divulgação do resultado do referendo uma vez que, durante todo o período de campanha, ele sempre se posicionou a favor da permanência ("Remain").

Por nunca antes ter sido utilizada, a Cláusula 50 coloca as autoridades britânicas e europeias em um cenário inédito. Uma vez que o Reino Unido formalize ao Conselho Europeu a sua vontade de deixar o bloco, inicia-se um longo processo de negociação sobre os termos e condições da sua saída que pode se estender por até dois anos e, na pior das hipóteses, ser prorrogada por mais dois.

Os primeiros dados de evolução dos indicadores econômicos pós-votação devem começar a ser refletidos nos dados de julho – ainda não disponíveis. Entretanto, no momento, uma análise do câmbio pode oferecer importantes conclusões. Como verificado no gráfico abaixo, desde o referendo do dia 23 de junho, a libra esterlina não

CENÁRIO INTERNACIONAL



para de depreciar e, naquela época, a moeda britânica já vinha em uma tendência de queda proveniente do aumento da aversão ao risco. Na prática, este movimento significa que, de modo geral, o mercado não era favorável ao rompimento do Reino Unido com a União Europeia. No dia seguinte ao referendo, a libra esterlina encerrou o dia com uma depreciação de 8,05% em relação ao dólar e, quando considerado o seu comportamento mensal, a queda atinge os 10%

Além da própria city, as dúvidas surgem principalmente nos tratados comerciais, que teriam de ser renegociados em acordos que poderiam levar anos para agradar todas as partes envolvidas. No período de negociação, a confiança seria abalada e o nível de investimento puxado para baixo de tal modo que induzisse o nível de emprego também para um menor patamar.



FONTE: MoneyAM.

8

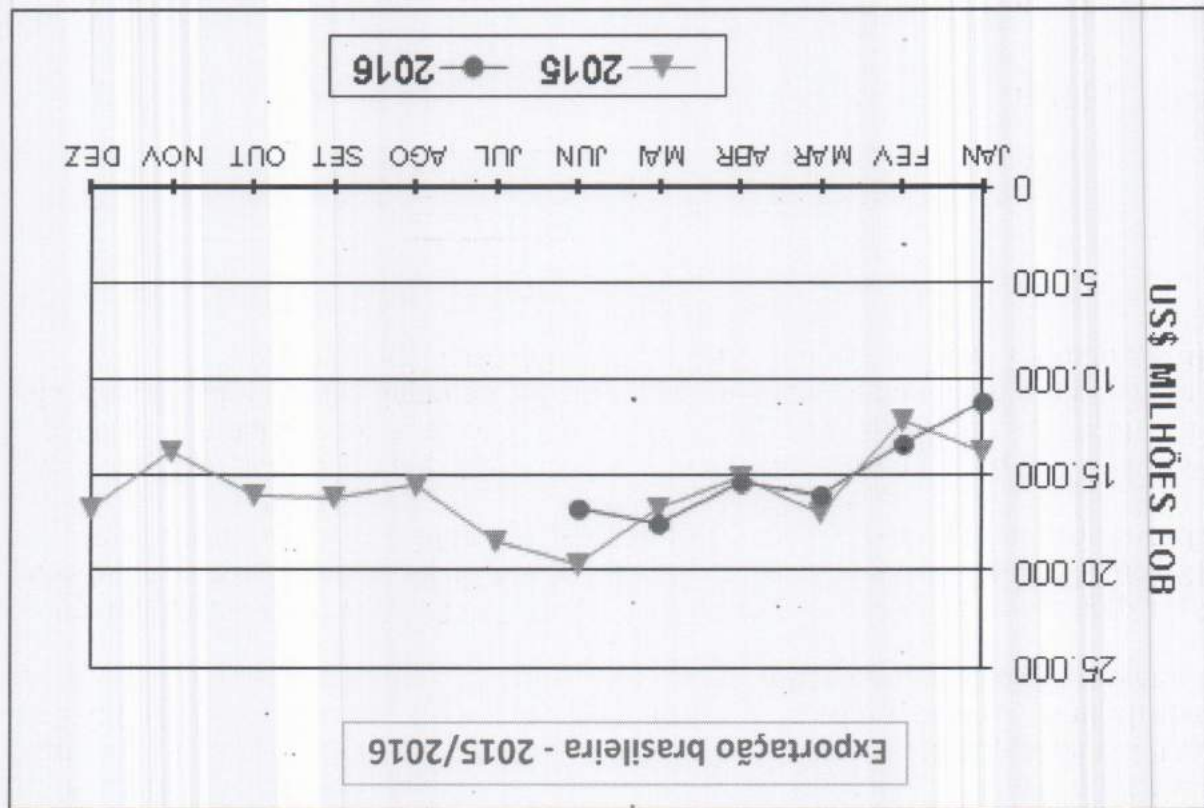
CENÁRIO NACIONAL

• Balança comercial

A balança comercial contabiliza neste primeiro semestre do ano um superávit de US\$ 23,635 bilhões, maior saldo desde 1980. Entretanto, quando considerado apenas o mês de junho, o saldo positivo foi de US\$ 3,974 bilhões e ficou abaixo dos US\$ 4,529 do mesmo período do ano passado.

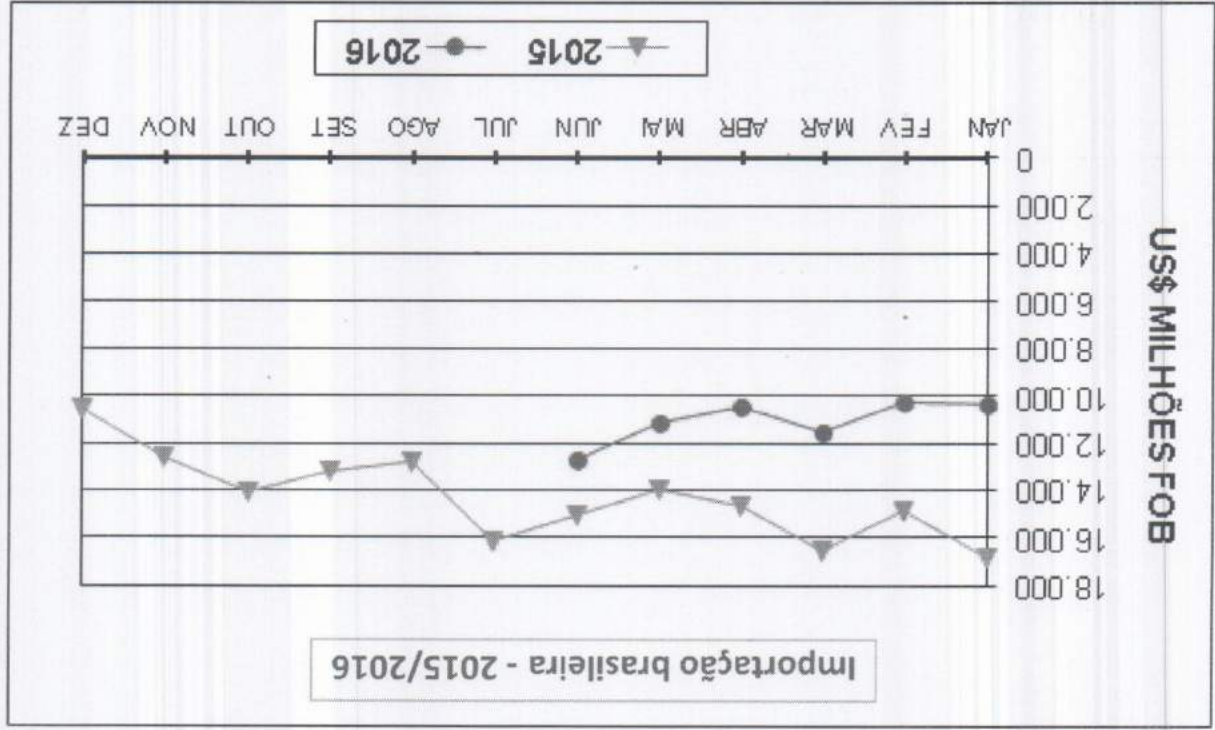
As exportações atingiram a marca de US\$ 16.743.258.811,00 e as importações, 12.769.643.133. Em ambos, os valores atingidos foram inferiores aos resultados obtidos no mesmo período no ano passado (-14,70% e -15,43%, respectivamente).

Pelo fato de, mais uma vez, o ritmo das importações caírem mais do que o das importações, entende-se que o processo de retração da demanda interna continua – ainda que em menor intensidade. As importações de combustíveis e lubrificantes foi 48,9% menor, bens de consumo, -27,5% e bens intermediários, 26,8%.



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Secretaria de Comércio Exterior.

[Handwritten signatures]



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Secretaria de Comércio Exterior.

• **IPCA**

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou uma variação de 0,35% no mês de junho, ou seja, menos que a metade dos 0,78% apresentados em maio. Desta maneira, a inflação acumulada do ano é de 4,42% e a acumulada dos últimos 12 meses, 8,84%. Também, é importante ressaltar que neste mesmo período de 2015, a inflação acumulada do ano era de 6,17%.

Com a exceção de transportes (-0,53%) e comunicação (0,04%), todas as demais categorias apresentaram desaceleração na taxa de crescimento. O grupo alimentos e bebidas foi a categoria que mais contribuiu para a inflação do mês. Sozinho, ele contribuiu com 0,18 pontos percentuais dos 0,35% registrados e, quando considerados os aumentos do quilo do feijão-carioca (41,78%) e do litro do leite longa-vida (10,16%), estes dois alimentos foram responsáveis por 60% do IPCA do mês.

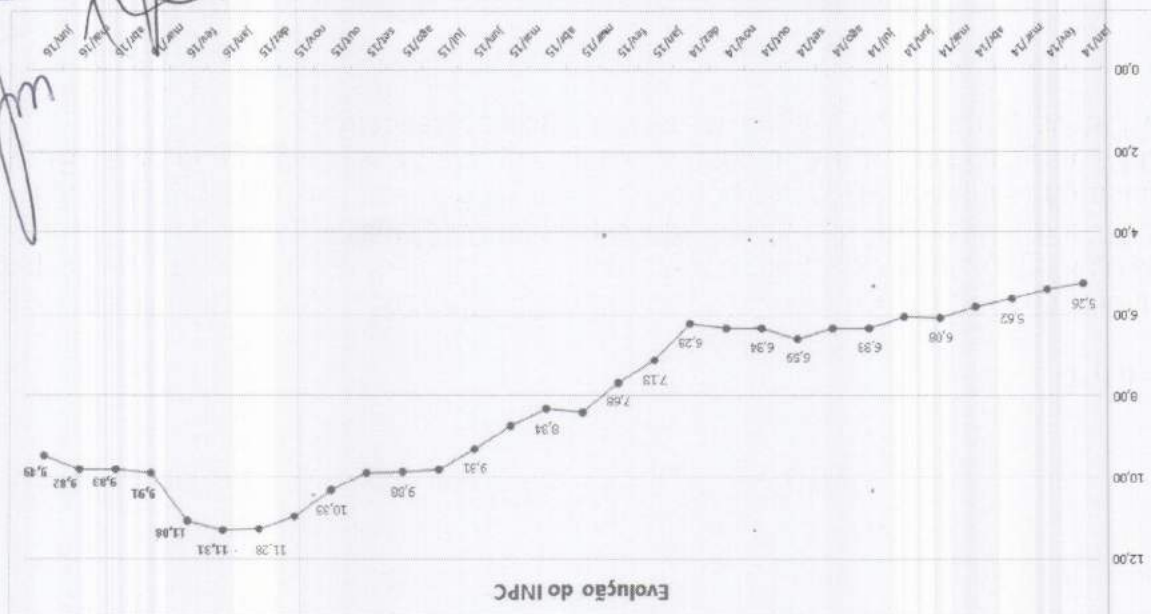
De qualquer maneira, é evidente notar a tendência de queda da inflação (quadro abaixo) e, de acordo com o comportamento das variáveis, presumir que, para os próximos meses, a inflação continue na sua tendência de queda.

[Handwritten signature]
8



• INPC

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) variou 0,47%, ficando bem abaixo dos 0,98% registrados em maio. Deste modo, o acumulado do ano atualmente foi para 5,09% e o acumulado dos últimos doze meses, 9,49%. Em ambos os casos, a sua aceleração é inferior ao mesmo período de tempo observado no ano passado (6,80% e 9,82%, respectivamente). Apresentando um comportamento semelhante ao do IPCA, o INPC deve, portanto, prosseguir na sua tendência decrescente.



CENÁRIO NACIONAL



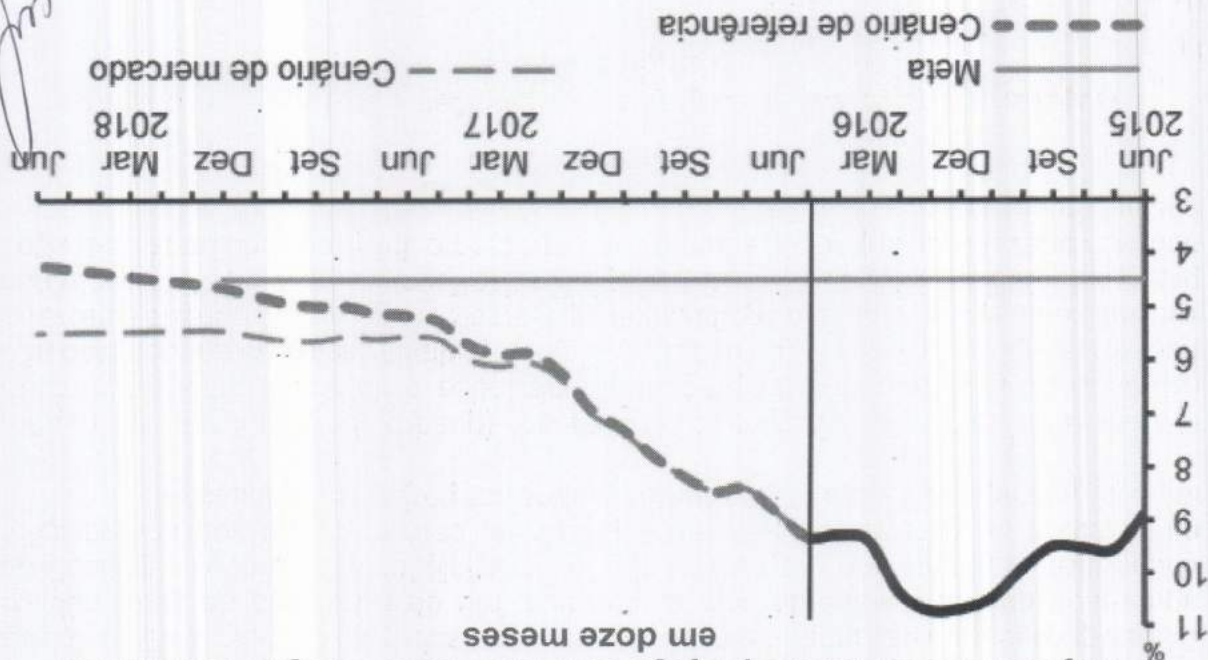
• SELIC

Por ter se tratado da última reunião do então presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) foi de acordo com o esperado por todos ao optar pelo manutenção da taxa de juros no patamar de 14,25% e deixar que importantes mudanças sejam feitas pelo seu sucessor, Ilan Goldfajn.

Fatores como o da persistência do realinhamento dos preços administrados e de choques temporários de oferta no segmento de alimentação e bebidas foram, mais uma vez, a base do discurso de justificativa da inflação fora do centro da sua meta de 4,5%. Entretanto, desta vez, a questão fiscal brasileira, que enfrenta dificuldades de caráter não-econômico para ser reequilibrada, foi citada mais enfaticamente como uma das razões que levaram as autoridades monetárias ao manutenção da Selic, e não pela sua aguardada queda. De acordo com a ata, pelo fato de o balanço do setor público encontrar-se em uma zona expansionista, "as indefinições e alterações significativas na trajetória de geração de resultados primários, bem como na sua composição, impactam as hipóteses de trabalho contempladas nas projeções de inflação".

O movimento de queda verificado ao longo do ano (quadro abaixo) foi, principalmente, resultado do realinhamento de preços administrados e da significativa (mas ainda aquém) recuperação dos preços das *commodities*. Todavia, visto que apenas elas não são suficientes para retornar o equilíbrio do tripé-macroeconômico, é hora de o próximo presidente do Banco Central e do seu corpo técnico focarem mais enfaticamente nas demais variáveis que impactam sobre o comportamento dos preços de bens e serviços nos próximos meses.

Trajectoria das metas e projeções referentes à inflação acumulada em doze meses



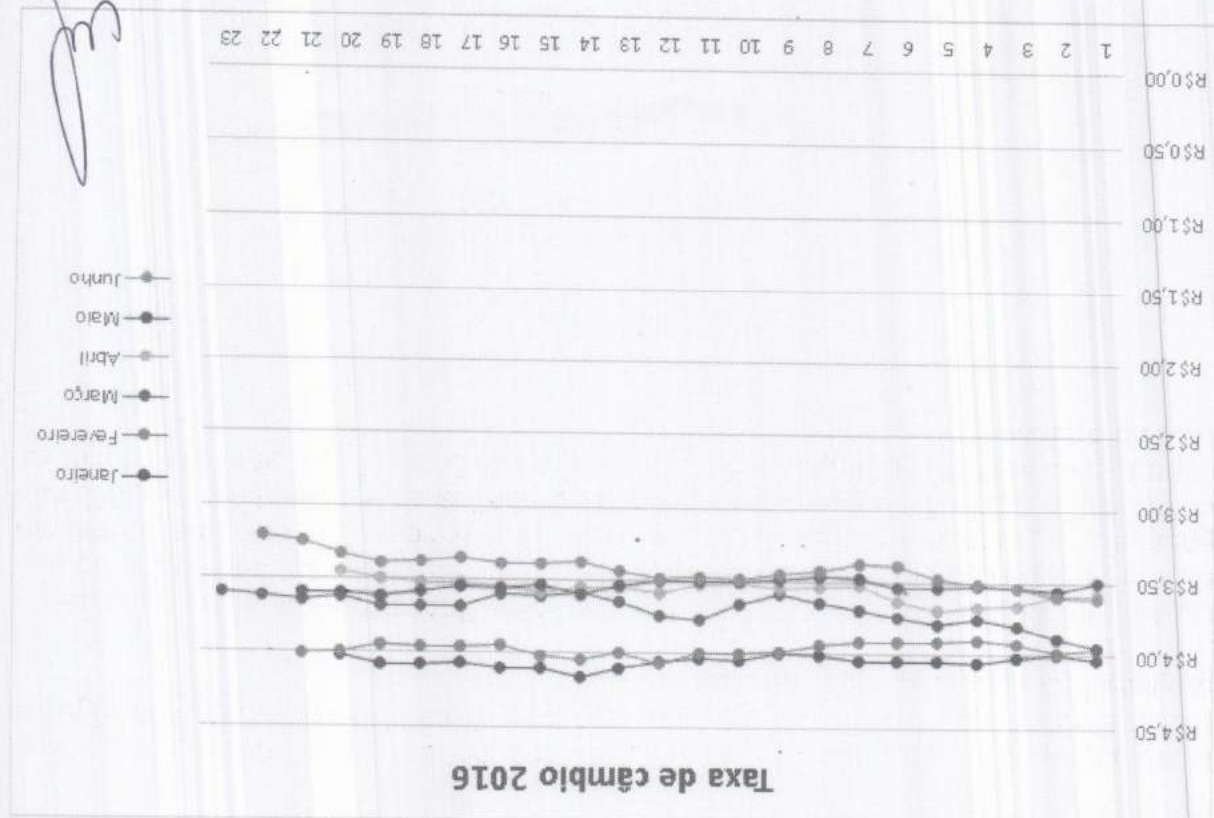
FONTE: Banco Central. Relatório Trimestral de Inflação.

• Câmbio

A tendência de desvalorização do câmbio é forte e deve se intensificar nos próximos meses. Apenas em junho, a valorização do real chegou a 11% e levou o Banco Central a utilizar o instrumento de swap cambial reverso, ou seja, vendas de dólares no mercado futuro, para segurar a queda da moeda americana. Este mecanismo não era utilizado desde 18 de maio.

Portanto, analisando a tomada de decisão das novas autoridades monetárias é possível notar que, diferentemente do discurso, o câmbio deve sim em alguma magnitude continuar sendo controlada.

De acordo com o Relatório Trimestral da Inflação do Banco Central, até maio, o déficit do mercado de câmbio contratado atingiu US\$ 6,8 bilhões. No mesmo período do ano passado, o saldo era superavitário em US\$ 15,8 bilhões. No caso do segmento comercial, o saldo ficou positivo em US\$ 21,5 bilhões com contração de 7,8% nas exportações e 29,3% nas importações. Já o segmento financeiro, acumula um déficit de US\$ 28,3 bilhões.



CENÁRIO NACIONAL

• PIB

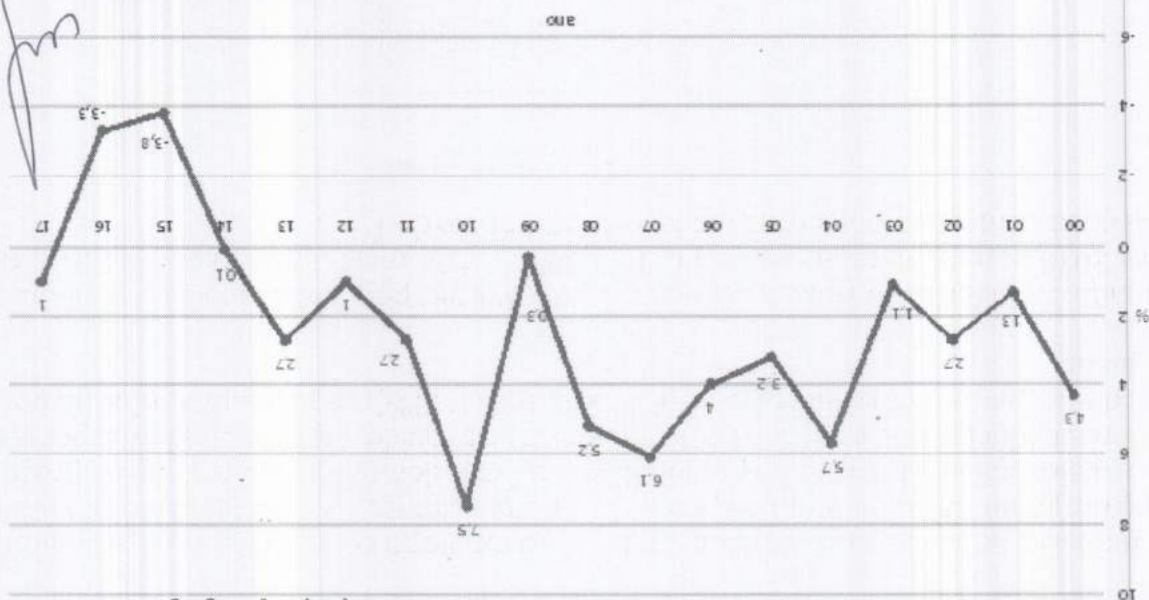
Embora a Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tenha afirmado que o pior da crise de confiança já tenha passado, até o momento, os dados não transmitem este otimismo. Em maio, a produção industrial retraiu 7,8% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, de maneira semelhante, as vendas do comércio tiveram a maior queda (-9%) desde 2001. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) variou 0,3% em abril quando comparado com o mês anterior e, por isso, é entendido como estagnado.

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, sigla em inglês) do setor de serviços foi uma das poucas exceções. Em junho ele passou de 37,3 pontos em maio para 41,4 em junho. Ainda assim, por estar situado abaixo dos 50 pontos, registrou pela 16ª semana consecutiva contração.

A produção, as novas encomendas e o nível de emprego no setor de serviços caíram firme em junho. Os aumentos nos preços de energia, combustíveis e alimentos levaram a nova elevação na inflação ao produtor, mas a fraca demanda fez com que os preços ao consumidor fossem reduzidos pelo terceiro mês seguido. Os consumidores, por sua vez, preocupados com o alto nível do desemprego (11,2%), seguem relutantes na hora de gastar.

Quando considerado o Relatório Focus, é possível ver pequenos sinais de melhoras. Para 2016 espera-se uma contração de 3,30%, e não mais 3,35%; já para 2017, as projeções se mantiveram em um modesto crescimento de 1%.

Taxa de crescimento do PIB brasileiro (%) - projeção



FONTE: IBGE e Relatório Focus.

CENÁRIO NACIONAL



• Contas públicas

Uma vez aprovada a nova meta fiscal de 2016, as preocupações se voltam para com as contas públicas do próximo ano.

O anúncio da próxima meta do déficit primário foi, em parte, decepcionante e destacou as dificuldades do governo em negociar um ajuste fiscal. Para 2017, a previsão dos gastos do governo central é de um déficit de R\$ 139 bilhões e, por este motivo, o ministro da fazenda Henrique Meirelles cogita uma elevação de impostos para fazer as contas baterem.

A nova meta, como de costume, não é definitiva e, até ser enviada ao Congresso em agosto, pode ser alterada para mais ou para menos. Visto que o governo fixou a nova meta baseando-se no esforço do controle das despesas e com a geração de receitas adicionais, caso estas ações não sejam realizadas, é estimado que o déficit alcance a faixa dos R\$ 200 bilhões e chegue a R\$ 270 bilhões.

Quando considerado todo o setor público (União, estados e municípios), o déficit primário de 2017 estimado foi de R\$ 143 bilhões. Enquanto que os estados devem registrar um déficit de R\$ 3 bilhões, os municípios muito provavelmente terminarão gastando cerca de R\$ 1 bilhão a mais do que a sua arrecadação.

Seja único, seja DMF.

Tribunal bloqueia R\$ 16 milhões de ex-gestor de Fundo de Previdência



28/06/16 – SÃO PAULO – O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) concluiu pela irregularidade de investimentos do Fundo de Previdência, do município de Paulínia (PauliPrev), interior de São Paulo, e determinou a indisponibilidade de bens do gestor que presidia o instituto à época. A auditoria do TCE calcula que o valor do prejuízo esteja estimado em R\$ 16.149.945,00.

A sentença da Corte de Contas, relatada pelo Auditor Substituto de Conselheiro, Alexandre Manir Figueiredo Sarquis é taxativa. "A estratégia de investimento intermediado por fundos traz consigo o inconveniente de abstrair sobremaneira os níveis de risco dos ativos subjacentes, e cuja titularidade direta fica indisponível ao credor", atenta o relator. O investimento que levou o Tribunal de Contas do Estado a bloquear os recursos do gestor à época foi o Hotel Golden Tulip, em Belo Horizonte.

Segundo Alexandre Sarquis, no caso do fundo escolhido pela PauliPrev, ele estava constituído há menos de um ano, impossibilitando a análise dos requisitos legais. "Houve falha no processo de análise de investimentos. Mais grave ainda: era fácil perceber que o empreendimento imobiliário que se financiava tinha dificuldades de liquidez e de rentabilidade, pois já teve a inauguração adiada diversas vezes. Notícias da época já davam conta disso."

O Auditor faz um alerta. "É tarefa do gestor do Fundo de Pensão procurar saber exatamente em que se investe, e o administrador de Paulínia não observou esse cuidado." No caso do investimento glosado pelo Tribunal, um empreendimento de hotelaria na capital mineira, originalmente planejado para a Copa das Confederações, mas ainda inacabado, a Corte averiguou que não houve o cuidado exigido pela legislação para a análise da aplicação.

Ao votar pela irregularidade e determinar o bloqueio de bens do responsável à época, Sarquis consignou que a legislação vigente estabelece cuidados, a exemplo do artigo 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do previsto na Resolução CMN 3922/10 e Portaria MPS 519/11 com a redação dada pela Portaria MPS

. Polícia Federal

Em 2014 a Polícia Federal já havia analisado investimentos do Instituto de Previdência de Paulínia, bem como os de Osasco, Barueri e Francisco Morato na Operação Fundo Perdido. A investigação apontou a atuação de um grupo acusado de fraudar benefícios de servidores municipais em 107 cidades de nove Estados (Minas, Paraná, São Paulo, Pernambuco, Pará, Rondônia, Goiás, Maranhão e Mato Grosso do Sul). Quando a operação foi deflagrada, sete alvos acabaram presos e R\$ 1 milhão em cheques foi apreendido.

Segundo a PF, o grupo montou uma empresa de assessoria financeira, a Plena Consultoria, que deveria indicar as melhores opções de investimento aos fundos de pensão. De acordo com o inquérito da PF, os investidores cooptavam gestores dos fundos das previdências municipais mediante pagamento de comissão para que aqueles fundos investissem nas aplicações sugeridas pela organização criminosa.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****CORPO DE AUDITORES****SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

PROCESSO: TC-001179/026/13

ACOMPANHAM: TC-001179/126/13 (Acessório-1)
TC-031886/026/13 (Expediente Denúncia)
TC-009797/026/16 (Ofício MPE)

ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

RESPONSÁVEIS: Lucas Eduarte Pereira - de 08/04 a 15/07/2013
Mário Lacerda Souza - de 17/07 a 31/12/2013
Sem designação de Dirigente - de 01/01 a 07/04/2013

ASSUNTO: Balanço Geral do exercício de 2013

ADVOGADOS: Rodrigo Fornaziero Campillo Lorente - OAB/SP nº 278.437
Douglas de Moraes Norbeato - OAB/SP nº 217.149 e outros

INSTRUÇÃO: UR-3 Unidade Regional de Campinas/DSF-I

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos das contas anuais de 2013 do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia, criado pela Lei Complementar Municipal nº 18/2001, com alterações posteriores.

A Fiscalização destacou as seguintes ocorrências sintetizadas na conclusão de seu relatório de fls. 108/188:

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Existência de variações patrimoniais passivas, no montante total de R\$ 53.848.898,94, dos quais R\$ 52.907.540,78 se referem à desvalorização ou perdas nos investimentos.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****CORPO DE AUDITORES****RESULTADO FINANCEIRO E ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

Constatamos um resultado econômico negativo da ordem de **R\$ 112.645.722,18** no exercício de 2013, apresentando uma queda de **129,04%** em relação ao ano anterior;

O resultado econômico negativo acarretou uma queda de **80,36%** no resultado patrimonial, que passou de R\$ 140.175.141,49, em 2012, para R\$ 27.529.419,31 em 2013.

DEMAIS RECEITAS

Não houve o recebimento de receitas advindas de compensação previdenciária, em razão de pendências na emissão do Certi-ficado de Regularidade Previdenciária e da Certidão Negativa de Débitos; Os benefícios concedidos em 2013 e em anos anteriores foram pagos com as receitas das contribuições dos servidores atuais, e não, com as receitas decorrentes da compensação previdenciária;

Realização de procedimento que, em longo prazo, comprometerá o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, em contrariedade ao princípio insculpido no caput do art. 201, da Constituição Federal.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Os procedimentos realizados pelo Instituto, na concessão de aposentadorias e pensões, estão em inobservância ao artigo 13, VII, da LC Municipal nº. 18/2001; ao artigo 43, § único, da Orientação Normativa MPS nº. 02/2009 c/c art. 1º, inciso X da Lei nº. 9.717/1998 e aos princípios da preexistência do custeio e do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E CONSELHOS

O Presidente do Regime de Previdência é nomeado pelo Prefeito Municipal, fato que pode acarretar conflito

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****CORPO DE AUDITORES**

de interesses, uma vez que o dirigente do Regime de Previdência deve zelar essencialmente pelos interesses legítimos de seus segurados.

CONTRATOS COM EMPRESAS DE CONSULTORIA

Contratação da empresa **PLENA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA**, no valor de R\$ 550,00/mês, para prestar consultorias a um instituto de previdência que possuía, em agosto de 2013, ativos superiores a R\$ 665 milhões;

O valor contratado não é razoável, é irrisório e incompatível com a realidade de mercado.

EXECUÇÃO CONTRATUAL

Plena Consultoria de Investimentos Ltda possuía, no exercício de 2013, contratos com 56 institutos de previdência no Estado de São Paulo;

O nome da empresa "Plena Consultoria de Investimentos Ltda" foi apontado no mês de março de 2014, em diversos veículos de comunicação (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Valor Econômico, Diário de São Paulo), como parte integrante de uma quadrilha criminosa que fraudava os regimes próprios de previdência social;

Em consulta aos relatórios de consultoria, observamos que a motivação técnica para seleção de algumas aplicações, realizadas no período de agosto de 2013 a dezembro de 2013, é extremamente precária e limitada;

Existência de relatório de consultoria que não apresentou a rentabilidade dos fundos nos últimos 12 meses, o prazo e a forma de resgate, a composição da carteira, a previsão de retorno, o nível de risco das aplicações e a apresentação detalhada dos gestores do fundo;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****CORPO DE AUDITORES**

Aplicações que atingiram o montante de R\$ 151.408.134,62 foram realizadas com base em pareceres limitados e com justificativas pouco claras;

Em auditoria realizada pela Coordenadoria Geral de Auditoria, Contabilidade e Investimentos do Ministério da Previdência Social, chegou-se à conclusão de que as justificativas apresentadas para aplicação em determinado fundo ou segmento não se encontram devidamente fundamentadas, não considerando os riscos e prazos envolvidos nas aplicações.

FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados com base nos balancetes armazenados no Sistema AUDESP.

PESSOAL

O quadro de pessoal da PAULIPREV é composto por três servidores comissionados que compõe a diretoria executiva do Instituto;

A gestão previdenciária tem como princípios a independência dos cofres públicos, ser custeada pelas contribuições patronais e dos segurados e a autossuficiência financeira e patrimonial do regime. Dessa forma, o quadro de pessoal, na forma apresentada, não está em consonância com os princípios supracitados.

DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

Existência de denúncia parcialmente procedente, registrada no item B.3.1 deste relatório e em instrução realizada no expediente TC-31886/026/13.

PARECERES

Registramos, a partir da leitura das atas dos Conselhos de Administração e Fiscal da PAULIPREV, a

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****CORPO DE AUDITORES**

baixa discussão, por parte dos conselheiros, acerca das propostas de investimentos;

Em auditoria realizada pela Coordenadoria Geral de Auditoria, Contabilidade e Investimentos do Ministério da Previdência Social, chegou-se à conclusão de que, em geral, o órgão máximo de deliberação do RPPS, o Conselho de Administração, é pouco atuante e/ou não é suficientemente informado sobre o processo decisório de investimento.

APRECIÇÃO DAS CONTAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A baixa qualificação profissional, associada ao fato de que dos nove conselheiros, seis são nomeados pelos chefes dos poderes locais, pode explicar a pouca atuação do aludido Conselho no processo decisório dos investimentos.

ATUÁRIO

Déficit atuarial, em 31/12/2013, de R\$ 751.339.272,33;

Existência de serviço passado (Estimativa de Compensação Previdenciária) de R\$ 217.610.459,75;

Existência de Plano de custeio complementar para cobrir o déficit, com prazo de 35 anos, sendo que de 2034 a 2048 a alíquota complementar prevista é de 25,88%;

Aumento de 528,93% do déficit atuarial no período de 2005 a 2013;

ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

As alíquotas e os prazos para equacionamento do déficit atuarial mostraram-se crescentes no período de 2005 a 2013;

Houve a adoção de alíquotas menores no início do processo de amortização, procedimento que apenas posterga a liquidação do déficit para os governos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE AUDITORES

seguintes e, conseqüentemente, contribui para a sua elevação;

O resultado dos investimentos no exercício de 2013 foi, no mínimo, **alarmante** e contribuiu para a elevação do déficit atuarial.

ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Não houve relatório com análise adequada para escolha dos investimentos;

Existência de fundos, cujos regulamentos apresentam critérios de resgate que podem acarretar incompatibilidade do fluxo de caixa do Instituto. Em 31/12/2013, esses fundos representavam o montante de R\$ 177.199.800,90, cerca de 25,22% dos ativos da PAULIPREV.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Houve uma perda líquida, a título de rendimentos de aplicação financeira, na importância de **R\$ 1.711.021,77**, não alcançando a rentabilidade real de 6%;

Partindo-se de um capital aplicado de R\$ 649,4 milhões (saldo em 01/01/2013), a Administração da PAULIPREV encerrou o exercício ora examinado com perdas nos investimentos de R\$ 1,7 milhão;

A ausência de certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS, está em desacordo com a Portaria MPS nº. 519, de 24 de agosto de 2011.

GESTÃO PRÓPRIA

As instituições escolhidas para receber aplicações não foram objeto de credenciamento em 2013;

Não houve análise adequada do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE AUDITORES

Não houve análise adequada quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;

Não houve avaliação adequada da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

Não houve atualização a cada seis meses das análises dos quesitos verificados nos processos de credenciamento.

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

A Origem, apesar de requisitada, não relacionou devidamente as perdas havidas em investimentos no exercício de 2013;

Perdas e deságios que totalizaram R\$ 52.907.540,78 no período;

Entre as perdas, destaca-se a multa de R\$ 3.377.957,49, em razão do resgate antecipado do Fundo FI ARCADIA RENDA FIXA LONGO PRAZO, realizada em 08/10/2013;

Existência de indícios de que existem, pelo menos, dois fundos com sérios riscos de liquidez: **(1)** Piatã Fundo de Investimento Renda Fixa longo Prazo Previdenciário, CNPJ: 09.613.226/0001-32, saldo existente em 31/12/2013 na PAULI-PREV: R\$ 27.620.267,15; **(2)** NSG VAREJO E ALIMENT FIP, CNPJ: 12.321.251/0001-57, saldo existente em 31/12/2013 na PAULI-PREV: R\$ 33.095.988,96.

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Extrapolação dos seguintes limites: Janeiro e Fevereiro de 2013 - Aplicação no ativo "FI Renda Fixa/Referenciados RF", em desacordo com o art. 14 da